

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Ludmilla Eugenio de Souza Gusmão Cavalcanti

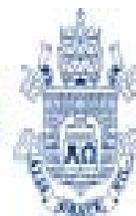
**Luzes e Sombras:
Sobre a noção de conhecimento paranóico em Jacques Lacan**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Puc-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica

Orientador: Marcus André Vieira

Rio de Janeiro
Março de 2009



Ludmilla Eugenio de Souza Gusmão Cavalcanti

Luzes e Sombras: Sobre a noção de conhecimento paranóico em Jacques Lacan

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marcus André Vieira

Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Guilherme Gutman Corrêa de Araújo

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria da Glória Schwab Sadala

Universidade Veiga de Almeida - UVA

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de Março de 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ludmilla Eugenio de Souza Gusmão Cavalcanti

Graduou-se em Psicologia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 2002. Coursou Pós-Graduação em Psicologia Clínica Lato Sensu na PUC-Rio em 2005. Atua na área clínica desde 2002, tendo experiência no atendimento psicanalítico, a pacientes internados em hospital psiquiátrico, em ambulatório e em consultório particular. Atualmente dedica-se a estudos na área de saúde mental e psicanálise.

Ficha Catalográfica

Cavalcanti, Ludmilla Eugenio de Souza Gusmão

Luzes e sombras : sobre a noção de conhecimento paranóico em Jacques Lacan / Ludmilla Eugenio de Souza Gusmão Cavalcanti ; orientador: Marcus André Vieira. – 2009.
85 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Paranóia. 3. Conhecimento. 4. Narcisismo. 5. Imaginário. I. Vieira, Marcus André. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

AGRADECIMENTOS

A CAPES pela bolsa concedida, necessária para o desenvolvimento desta pesquisa, e a PUC-Rio, em especial a todo o Departamento de Psicologia Clínica pelo apoio recebido.

Ao Marcus André Vieira pela orientação desta dissertação de Mestrado e por me auxiliar no delineamento destas questões.

A Glória Sadala e ao Guilherme Gutman, por acompanharem o meu percurso e por aceitarem avaliar este trabalho.

Aos meus valiosos amigos Alexandre Louzada, Bianca Novaes e Clarice Palmeira pela interlocução, pelo carinho e pelo empurrão.

Às queridas amigas Elisa Cunha, Helena Mourão, Fernanda Mara, Fernanda Montes e Roberta Costa, pelos vários livros emprestados, pelo acolhimento e pelo incentivo. Ao Luciano pela indicação de possibilidades na filosofia. A Carolina Apolinário pela amizade.

Aos colegas de mestrado, especialmente Adriana Cerdeira, Alexandra Vianna e Marcelo Condack, pela interlocução no grupo de pesquisa.

A Eliane Schermann pela escuta nos momentos muitas vezes difíceis.

A Guilherme Cavalcanti por me incentivar e apoiar incondicionalmente, por compreender a minha ausência em momentos cruciais e ainda assim manter-se presente.

Aos meus pais Fernando e Telma e aos meus irmãos Wladimir e Nadja, que vibraram comigo.

A Maria Carmen e Ana Cristina Taunay pelas idéias criativas e pela torcida.

A Carmem de Souza por oferecer possibilidades na execução deste trabalho

A todos aqueles que contribuiriam direta ou indiretamente para este percurso.

Resumo

Cavalcanti, Ludmilla Eugenio de Souza Gusmão; Vieira, Marcus André. **Luzes e sombras: sobre a noção de conhecimento paranóico em Jacques Lacan.** Rio de Janeiro, 2009. 85p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo demonstrar a proposição lacaniana segundo a qual todo conhecimento é paranóico. Com o intuito de atendermos a esse propósito abordamos tanto o termo conhecimento quanto a razão pela qual Lacan o caracteriza como paranóico. Portanto, examinamos as principais características da paranóia tal como formulada por Freud e por Lacan, bem como a noção de narcisismo e do estágio do espelho. Também apresentamos a descrição fenomenológica de conhecimento como adequação entre o sujeito e o objeto a fim de destacar a dimensão imaginária e especular que lhe constitui, permitindo a Lacan considerá-lo como paranóico.

Palavras-chave

Paranóia; Conhecimento; Narcisismo; Imaginário.

Abstract

Cavalcanti, Ludmilla Eugenio de Souza Gusmão; Vieira, Marcus André (Advisor). **Lights and Shadows: about Jacques Lacan's notion of paranoid knowledge.** Rio de Janeiro, 2009. 85p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The intent of this paper is to demonstrate the lacanian's proposition that every knowledge is paranoid. In order to reach this proposition, we studied the term knowledge and the reason why Jacques Lacan defined it as paranoid. Therefore, we examined the main characteristics of the paranoia described by Freud and Lacan, as well as the notion of narcissism and the state of the mirror. The paper presents the phenomenological description of knowledge as the adequacy between subject and object. According to this proposition, we aim to highlight the imaginary and specular dimension that constitute the knowledge and enabled Lacan to consider it as paranoid.

Keywords

Paranoia; Knowledge; Narcissism; Imaginary.



Salvador Dalí
“O Grande Paranoico”
1936

*No descomeço era o verbo.
Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo,
lá onde a criança diz:
Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas
para som.
Então a criança muda a função de um verbo, ele delira. E pois.
Em poesia que é voz de poeta, que é voz de fazer nascimentos –
O verbo tem que pegar delírio.*

Manuel de Barros, *Uma didática da invenção*

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 Um pouco de história	18
1.1 Contextualização da paranóia no campo da psiquiatria	18
1.1.1 Perspectiva histórica do problema	18
1.1.2 Emil Kraepelin	20
1.1.3 Grupo Francês	22
1.1.4 Clérambault	24
1.2 Algumas contribuições de Freud a respeito da psicose	26
1.2.1 A psicose como defesa	26
1.2.2 A projeção	28
1.2.3 A questão da realidade: hipótese e distinção diagnóstica	30
1.2.4 O eu e o narcisismo	33
1.2.5. Schreber, o grande cientista.	35
Capítulo 2 A noção de eu	43
2.1 Os caminhos da formação do eu e o narcisismo	44
2.2 O eu e os seus senhores	49
2.3 Lacan e o estágio do espelho	52
2.4 Lacan e o caso Aimée	54
Capítulo 3 A noção de conhecimento	62
3.1 O conhecimento humano	63
3.2 O conhecimento paranóico	64
3.3 Conhecimento não é saber	67
Conclusão	73
Referências Bibliográficas	75
Anexo (Fragmento Clínico de Catarina)	79

Introdução

Apresentação

Os impasses encontrados na clínica com psicóticos há muito intrigam os psicanalistas. Sabemos o quanto a clínica com as histéricas contribuiu para a construção do método psicanalítico. Talvez possamos refletir se a psicose, por sua vez, não teria sido decisiva para o desenvolvimento da metapsicologia freudiana e posteriormente das principais formulações lacanianas.

Partindo de uma reflexão sobre a direção do tratamento em psicanálise, tanto na neurose como na psicose, em um primeiro momento, nos interrogamos como se constrói o saber de um analista. Assim, a partir de diversos questionamentos surgidos no decorrer da condução de tratamentos com psicóticos, nos aproximamos da atual questão que iremos contemplar neste trabalho.

No primeiro ano do curso de mestrado, tivemos a oportunidade de desenvolver num trabalho um caso clínico de paranóia, que foi atendido em consultório particular por cerca de dois anos¹. Este trabalho foi determinante para que encontrássemos um caminho para o delineamento da questão do conhecimento, já que se observa na paranóia uma necessidade premente, por parte do sujeito, de buscar significados para fenômenos inicialmente enigmáticos. Há uma incessante produção de sentidos, indispensável para a elucidação destes enigmas.

A pesquisa de textos psicanalíticos sobre a paranóia nos levou à questão que pretendemos explorar neste trabalho: a investigação da tese laciana de que todo conhecimento seria paranóico.

Esta proposição se encontra nos primeiros anos de seu ensino. É nesse período também que Lacan revela seu interesse pela psicose paranóica, expresso tanto em sua tese de doutorado como em textos que o seguem. Corresponde a essa época as primeiras formulações sobre a teoria do imaginário, assim como o convívio com personagens da efervescente vida cultural daquele momento.²

¹ Este caso encontra-se em anexo nesta dissertação.

² Lacan além da formação médica dedicou-se desde cedo a estudos de filosofia, estudou a teoria freudiana e conviveu com surrealistas, que por sua vez também demonstravam interesse pela teoria psicanalítica Elizabeth Roudinesco realiza um pequeno resumo do contexto no qual Lacan produz a sua

Deste modo, o que era uma questão sobre o saber em psicanálise, tema amplo, desdobrou-se na questão sobre o conhecimento paranóico. A fim de desenvolver esta questão, vimos ser necessário não somente examinar as características da paranóia, mas também investigar o que o termo conhecimento representa no ensino de Jacques Lacan. O tema do conhecimento sempre pertenceu ao campo da filosofia. Investigar como o conhecimento era produzido foi uma questão sobre a qual a filosofia clássica se debruçou, através de diversas correntes de pensamento. A noção de conhecimento advinda da filosofia nos ajudou a melhor definirmos o sintagma conhecimento paranóico, distinguindo-o da noção de saber. A formulação desse sintagma, por outro lado, se relaciona intimamente com os primeiros anos da prática clínica de Lacan, ou seja, quando a construção de seu arcabouço teórico ainda estava sendo iniciada.

Breve Contextualização

No ano de 1966, Jacques Lacan organiza os seus principais artigos em uma compilação, publicada com o nome de *Escritos*. Nessa publicação, apresenta um artigo no qual introduz uma retrospectiva de seu percurso teórico. O trabalho intitulado *De nossos antecedentes*, escrito também em 1966, apresenta introdutoriamente sua trajetória - que se iniciou na psiquiatria, se estendendo posteriormente à psicanálise. O início desta jornada é realizado em 1932, ao escrever sua tese de doutorado, que foi publicada com o título: *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*.

Na primeira parte da tese, Lacan apresenta uma extensa pesquisa sobre a história da paranóia como classificação clínica para, numa segunda parte, apresentar minuciosamente um caso de paranóia que denominou o caso Aimée. Retomaremos este caso posteriormente, no segundo capítulo desse trabalho.

Para tentarmos melhor compreender os elementos que contribuíram para o grande interesse de Lacan pela paranóia, relembremos alguns fatos importantes que atravessaram sua história pessoal.

A formação em psiquiatria de Lacan ocorreu concomitantemente com a efervescência cultural trazida pelo surrealismo. Aliás, esse grupo exerceu uma grande influência em seu trabalho. Elizabeth Roudinesco (1986, p.119) irá comentar que Lacan qualifica o surrealismo como “nova pousada”, devido ao acolhimento recebido

tese. Ela diz: “O ano de 1931 foi portanto uma época de transição para Lacan. Ele começou a efetuar uma síntese, a partir da paranóia, de três domínios a saber: a clínica psiquiátrica, a doutrina freudiana e o segundo surrealismo. Essa síntese, que se apoiava sobre um notável conhecimento de filosofia – Spinoza, Jaspers, Nietzsche, Husserl e Bergson, em particular -, lhe permitirá elaborar a tese de medicina, que será sua grande obra da juventude. (Roudinesco, E. Jacques Lacan- *Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras. p.51)

por sua tese. A autora observa que Lacan tinha amizade com alguns membros desse grupo, dentre os quais André Breton e Salvador Dali.

Mas por que razão a escrita da tese teria sido tão bem recebida? O que haveria de tão original neste texto?

Sua tese se configura como um texto original por centrar-se numa constituição para a doença mental, em especial a paranóia, que não se apóia somente em causas orgânicas e marca uma diferença em relação a uma visão organicista do fenômeno mental. Seu olhar se volta para os fatores que envolvem a etiologia e desenvolvimento da psicose com relação ao meio social e pessoal.

Talvez seja exatamente nesse ponto que irá realizar sua passagem para psicanálise. A originalidade de sua tese ultrapassa o meio acadêmico para, segundo palavras de Lacan, “fazer eco” entre os surrealistas, ou seja, também ser discutida por esse grupo (Lacan, 1966, p. 69).

Em 1931 ocorre o encontro de Lacan com Salvador Dali, que acabara de publicar o texto *L'âne pourri* [*O asno podre*]³, no qual irá defender a noção de paranóia-crítica, um conceito formulado que serviria tanto para realizar uma interpretação delirante quanto uma crítica da realidade.

Os surrealistas já faziam uso dos conceitos psiquiátricos e psicanalíticos desde antes da publicação da tese de Lacan. Vemos um exemplo disso na publicação da revista *Le surréalisme au service de la révolution*, em que vinham sendo estudados desde os anos 30 os elos entre a paranóia e a criação poética (Jorge e Ferreira, 2005, p.16).

Ora, se a paranóia se apresentava como um campo de interesse para os surrealistas, não deveria nos surpreender a recepção que Lacan obteve com a sua tese.

O mesmo Dali, que já se dedicara a estudar a paranóia, mostra a repercussão da tese de Lacan produzindo mais dois textos: *A conquista do irracional* (1933) e *Novas considerações sobre o mecanismo do fenômeno paranóico do ponto de vista surrealista* (1933).

Nesses dois textos, podemos notar as questões de Dali com a paranóia. No primeiro observa-se que a importância da paranóia-crítica como método justifica-se no momento em que nem ele mesmo conseguiria interpretar sua própria arte.

Vejamos como ele se explica:

Parece-me perfeitamente diáfano quando meus inimigos, meus amigos, e o público em geral, fingem não compreender o significado das imagens que surgem e que

³ Dali, Salvador. “L’Âne Pourri”, *SASDLR*, 1, Julho de 1930.

transcrevo em meus quadros. Como podem querer que eles compreendam quando eu mesmo, que sou quem as faz, não as compreendo? O fato de eu mesmo, no momento de pintar, não compreender o significado de meus quadros, não quer dizer que eles não tenham significado algum: pelo contrário, seu significado é de tal maneira profundo, complexo, coerente, involuntário, que escapa à simples análise da intuição lógica. (Dali, 1933 p.16)

Notamos, então, que Dali sente necessidade de criar algo que pudesse ajudar a compreensão de sua produção artística. Daí o seu interesse pelos mecanismos paranóicos, que surge a partir de 1929 (ibid, p. 18).

Talvez seja pertinente comentar que o surrealismo, ao fazer uso dos conceitos psicanalíticos e psiquiátricos, visava alçar o surrealismo a uma condição muito especial. Dali faz vários comentários a esse respeito, ao tentar esclarecer que “os surrealistas” não são exatamente artistas, tampouco verdadeiramente cientistas. Ele localiza o surrealismo como algo que se situa entre a “água fria da arte e a água quente da ciência” (ibid, p.15).

Não nos surpreende, então, a leitura da tese de Lacan, pois Dali assinala repetidamente nos seus textos o quanto a paranóia é um campo de grande interesse para ele. Em seu segundo texto, Dali cita inclusive Lacan e sua tese.

Mas o que seria afinal o método, o “crítico-paranóico” ? O método crítico-paranóico define-se como um “método espontâneo de conhecimento irracional baseado na associação crítico-interpretativa dos fenômenos delirantes” (idem, p.19). Dali observa também que essa atividade descobre significados novos, permitindo o mundo do delírio passar para o plano da realidade.

Roudinesco (1986) ressalta que, segundo Dali, a paranóia por se apoiar em um método crítico coerente dotado de significações e de uma dimensão fenomenológica e por consistir em uma interpretação delirante da realidade, seria paradoxalmente tanto equivalente à alucinação quanto sua antítese. Dali considera o fenômeno paranóico um tipo *pseudo-alucinatório* e ilustra essa idéia pelo aparecimento de figuras duplas, como na pintura de uma imagem de cavalo que é também imagem de mulher. Tal como a pintura “O grande paranóico” de Dali, que ilustra a capa desta dissertação.

O que vale salientar nesta passagem é que Dali faz uso do conceito de paranóia como um meio singular de acesso ao conhecimento e de apreciação da arte surrealista. Ao contrário da opinião vigente, segundo a qual o paranóico cometeria erros de julgamento, para Dali a paranóia era “uma atividade criadora que não joga, como a histeria, com a deformação, mas com a lógica” (Roudinesco, 1986, p. 128).

Buscamos marcar a relação que Dali faz entre a paranóia e o conhecimento, uma vez que encontramos em Lacan a proposta de estudar a paranóia como

fenômeno do conhecimento. É interessante observar no pensamento de Dali uma convergência com a proposta lacaniana de estudar as psicoses paranóicas.

Se para Dali a paranóia constitui um método, para Lacan representa um campo de interesse singular. Não é surpresa perceber que, um ano após a publicação de sua tese, Lacan escreve para revista *Le Minotaure* (n.3 de dezembro de 1933), um artigo intitulado *Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papin*, que buscava compreender e comentar um crime cometido pelas irmãs Christine e Léa Papin.

As irmãs Papin, Christine e Léa, eram empregadas de uma família burguesa do interior da França, na cidade de Les Mans, já há alguns anos quando golpeiam e mutilam as patroas, mãe e filha, de modo simultâneo, brusco e aparentemente sem nenhum planejamento.

Vejamos como Lacan descreve o crime:

Uma noite, a 2 de fevereiro, esta obscuridade se materializa por um simples curto-circuito elétrico. Uma inabilidade das irmãs é o que o provocou, e por coisas menores as patroas ausentes já haviam demonstrado o seu mau-humor. Que disseram a mãe e a filha quando, ao voltarem, descobriram o pequeno desastre? As declarações de Christine variaram sobre esse ponto. Seja como for, o drama se desencadeia muito rapidamente, e sobre a forma do ataque é difícil admitir uma outra versão que a que deram as irmãs, a saber, que ele foi súbito, simultâneo, levado de saída ao paroxismo do furor: cada uma delas subjuga uma adversária, arranca-lhe, em vida, os olhos da órbita – fato inédito, dizem, nos anais do crime – e a espanca. Depois, com ajuda do que encontram a seu alcance, martelo, pichel de estanho, faca de cozinha, elas escarniçam o corpo de suas vítimas, esmagam-lhes as faces, e, deixando à mostra o sexo delas cortam profundamente as coxas e as nádegas de uma para ensaguentar as da outra. Lavam, em seguida, os instrumentos desses ritos atrozes, purificam-se a si mesmas, e deitam-se na mesma cama: “agora está tudo limpo!” Esta é a fórmula que trocam e que parece dar o tom de desilusão, esvaziado de qualquer emoção, que a elas sucede à orgia sangrenta. (Lacan, 1933, p.381-382)

Lacan observa que elas não dão ao ato cometido nenhuma motivação nem mal-estar pregresso contra as suas patroas. O que se destacava no discurso das duas era a preocupação de partilhar inteiramente a responsabilidade do crime.

A questão que vai sendo pouco a pouco discutida no artigo incide sobre a constituição paranóica das irmãs, salientando a característica de ser um caso de *folie à deux* (loucura a dois), ou seja, um delírio cuja constituição e consolidação só pode ser realizado em dupla. (Lacan, 1933, p.387). Essa hipótese também explicaria o fato de o crime ter ocorrido de maneira tão coordenada pelas irmãs, sem um planejamento prévio. O ato de uma consolida o da outra irmã.

O que nos interessa marcar nesse caso de loucura a dois centra-se na análise, realizada por Lacan, sobre a constituição do sujeito e da função do duplo. O que

podemos adiantar no momento e que será desenvolvido no terceiro capítulo é que a hipótese de Lacan localiza a constituição do *eu* a partir do Outro. Essa constituição efetua-se através do registro cunhado por Lacan de imaginário. Nele o olhar é um dos fatores determinantes na formação do sujeito, o que, curiosamente, apresenta-se no ato das irmãs, no gesto de arrancar os olhos de suas patroas – evidenciando que a dimensão do olhar surge como um elemento importante na constituição paranóica e na formação do delírio.

Outro fato que podemos destacar no crime cometido pelas irmãs seria um elemento denominado de reversibilidade, como mais um modo de funcionamento característico da paranóia. O que isto quer dizer? Se o sujeito, por exemplo, sente ódio por alguém, pensa que na realidade é o outro que o odeia. No capítulo primeiro, sobre as contribuições de Freud, falaremos mais detalhadamente desse assunto.

No artigo de Lacan, *De nossos antecedentes* (1966), o relato que o resultado do método exaustivo a que se impôs para redigir a monografia do caso Aimée possibilitou a introdução da “rubrica de conhecimento paranóico” (Lacan, p.69). Assim, nessa expressão “conhecimento paranóico” encontramos o ponto de principal interesse e interlocução em nossa pesquisa.

Se tivermos em mente que na paranóia destaca-se com frequência uma indicação para uma relação com o conhecimento, seja sobre o outro, seja sobre si mesmo, obtemos mais elementos que possam contribuir com esse trabalho de pesquisa. Como ressalta Antonio Teixeira (2004), Lacan não pretendia indicar com a expressão “conhecimento paranóico” um caso específico da paranóia enquanto entidade clínica, mas sim designar a aproximação estrutural entre a função imaginária do conhecimento e o modo de organização do pensamento paranóico:

Esta então é a nossa pista: a organização do pensamento paranóico. Quais seriam então os outros elementos para buscarmos a resposta para nossa questão? Encontraremos outro vestígio no artigo *Formulações sobre a causalidade psíquica* (1946), onde Lacan aponta dois eixos importantes envolvendo a causalidade da loucura.

Ao relembrar a apresentação de sua tese observa que sua proposta consistiu em deixar claro que a loucura é um fenômeno de pensamento. Observa também que na loucura encontramos uma “estrutura constitutiva do conhecimento humano” (Lacan, 1946, p.163).

Parece que as indicações de Lacan se dirigem no sentido de observar que percebemos na paranóia um modo de funcionamento que se assemelha à apreensão do conhecimento. Para que o sujeito conheça algo há a necessidade da apreensão do

objeto, realizada pelo olhar e mediada pela relação do duplo ou da imagem no espelho.

Cabe observar que estamos descrevendo inicialmente a paranóia do ponto de vista clínico para marcar como Lacan a assemelha ao conhecimento humano. Ele diz:

O que designei assim em minha primeira comunicação ao grupo da *Évolution Psychiatrique*, que tinha naquele momento uma originalidade bastante notável, visa às afinidades paranóicas de qualquer conhecimento de objeto enquanto tal. (Lacan, 1955-56, p. 50)

Contudo, é importante observar que, ao pontuar que todo conhecimento seria paranóico, não quer dizer que somos todos loucos. A paranóia enquanto matriz de um conhecimento humano não está necessariamente levando em questão a estrutura clínica da paranóia.

Não contemplaremos nesse trabalho de pesquisa um exame mais detalhado sobre a questão das estruturas clínicas. Entretanto, o que nos cabe dizer é que, no período em que defende uma matriz paranóica para o conhecimento humano, Lacan não está preocupado em estabelecer uma distinção de estruturas clínicas.

Porém, isso não irá invalidar sua proposição em relação ao conhecimento. Arriscamos dizer que a hipótese de um conhecimento paranóico pertenceria a um campo transestrutural, isto é, o que estamos chamando de conhecimento paranóico não legisla apenas a estrutura paranóica.

De qualquer modo, julgamos necessário iniciar o trabalho com a definição de paranóia e a problemática envolvendo a sua conceituação, com os autores que contribuíram para uma melhor definição deste campo de estudo. Nesse capítulo também apresentaremos o caso Schreber.

Após a conceituação da paranóia exploraremos a relação do *eu* com o conhecimento. Esse será o tema do segundo capítulo, onde será introduzida a formação do *eu* a partir do texto freudiano sobre o narcisismo para que possamos também observar como ocorre o seu desenvolvimento no Estádio do Espelho, formulado por Lacan. Ao final desse capítulo iremos apresentar o caso Aimée.

Teremos visto então a conceituação da paranóia e a justificativa para a relação que o *eu* possui com o conhecimento. Isso será necessário para que busquemos no terceiro capítulo as bases formais que possam nos ajudar a compreender o que Lacan entende por conhecimento para lhe atribuir o predicado de paranóico. Essa discussão é levantada no terceiro capítulo e culmina com uma questão que apenas lançaremos:

Se para afirmar que todo conhecimento é paranóico, Lacan postula uma noção de conhecimento distinta da noção de saber, o que seria o saber em psicanálise?

Capítulo 1

Um pouco de história

1.1 Contextualização da paranóia no campo da psiquiatria

Nesse capítulo buscaremos esmiuçar um pouco mais as definições de paranóia tanto em psiquiatria quanto o uso que será feito desta em psicanálise. Freud e Lacan podem nos auxiliar com duas contribuições importantes: seus respectivos grandes casos de paranóia - o caso Schreber e o caso Aimée.

É notável percorrer a tese de 1932 e encontrar uma extensa pesquisa sobre a psicose paranóica. Na primeira parte de sua tese, Lacan refaz o percurso histórico envolvendo o problemático uso do termo paranóia em psiquiatria. Já na segunda parte irá apresentar e discutir o célebre caso intitulado por ele de Aimée.

A fim de não perdermos o caminho de vista, tentaremos apresentar parte da valiosa pesquisa de Lacan sobre o uso do termo paranóia, sua origem e seus significados, pois assim chegaremos a Freud e a Clérambault.

Vejamos, então, um pouco da história envolvendo a conceituação da paranóia.

1.1.1 Perspectiva histórica do problema

A paranóia como entidade nosológica sofreu inúmeras modificações até a concepção que utilizamos na atualidade, pois inicialmente era um termo utilizado para caracterizar genericamente a loucura. Somente com Emil Kraepelin (1856-1926), que discutiremos pormenorizadamente ainda neste capítulo, foi possível efetuar uma divisão conceitual precisa da paranóia.

É interessante observar que a preocupação envolvendo a classificação em psiquiatria foi uma questão que norteou o trabalho da psiquiatria como ciência durante o século XIX. A história da clínica psiquiátrica foi marcada por uma intensa observação morfológica, isto é, pela descrição dos fenômenos psicopatológicos (Bercherie, 1980, p.21).

Provavelmente, tal fato ocorreu porque a psiquiatria sofreu influência do século anterior, que testemunhou um desenvolvimento crescente de idéias científicas que vinham se organizando desde o início da Modernidade. Esse período, que se

convencionou chamar de Iluminismo, presenciou o desenvolvimento e a descoberta de dados que necessitaram de sistemas que pudessem organizá-los (Alexander & Selesnick, 1966, p.154). A preocupação com a classificação era importante, pois permitia aos autores da época lançar as bases de um novo conhecimento. Portanto, o olhar científico sobre o fenômeno da loucura transformou a doença mental em objeto de conhecimento.

O grande marco que a psiquiatria testemunhou foi o ato de Philippe Pinel, que surgiu como herdeiro desta tradição científica ao postular que o verdadeiro conhecimento se adquire com a observação empírica de fenômenos da realidade. Pinel, ao se apresentar como um legítimo herdeiro do iluminismo, funda com sua obra a “psiquiatria moderna” e a “tradição da clínica como orientação consciente e sistemática” (Bercherie, 1980, p.31).

Observamos, então, com o final do século XVIII, uma crescente mudança que se consolida durante o século XIX. De acordo com Alexander e Selesnick o esforço empreendido pela psiquiatria tinha o objetivo de torná-la parte integrante da medicina (1966, p.187). Lembremos que a psiquiatria havia surgido como ciência no século anterior, por isso, o século XIX viveu o auge dessa busca pela consolidação e respeito técnico-científico.

Mas o nosso problema, contudo, se apresenta por buscar qual seria o lugar da psicose paranóica neste contexto. Embora possamos notar um grande empenho pela observação dos fenômenos, o problema da paranóia enquanto classificação nosológica é de outra ordem. Esse problema deveu-se ao fato de que por muito tempo o termo serviu para designar vários tipos de internação. Lacan assinala que:

A paranóia era então a palavra que, em psiquiatria tinha a significação mais vasta e pior definida, era também a noção mais inadequada à clínica. (1932, p.10)

Numa nota de rodapé, ele faz uma pequena observação de que o termo “paranóia” vinha sendo empregado desde os gregos e que a primeira utilização na clínica realizou-se em 1818 por Heinroth (1932, p.10). Sobre a utilização do termo pelos gregos, Kaufmann (1993, p.390) apresenta uma síntese interessante sobre o uso do vocábulo. Ao invés de definir um estado de loucura, a paranóia designava um “arrebamento de um delírio”. O exemplo empregado é o do “abraço fatal em que se precipitam Édipo e Jocasta” (idem) seguidos de outros exemplos extraídos da tragédia grega.

Pois bem, seriam necessários muitos anos para que a palavra paranóia pudesse ser utilizada sob um outro aspecto. Lacan (1932) refaz a observação de

Kraepelin e de outro autor: Bouman de Utrecht em que observam que de 70 a 80% dos casos de pacientes em asilos eram classificados como paranóicos.

Sobre esse problema da classificação vários autores de diferentes escolas se detiveram. Lacan privilegia três grandes escolas: A Alemã representada por Emil Kraepelin, o grande responsável pela diferenciação da paranóia como entidade clínica, a escola Francesa, representada pelo grupo de Charcot na Salpetriere e por autores como Jules Séglas, Paul Serieux e Joseph Capgras dentre outros e a Italiana, representada por Eugenio Tanzi e Riva.

Tentaremos, por ora, traçar um resumo das principais contribuições desses autores. Apresentaremos primeiramente a escola alemã.

1.1.2 Emil Kraepelin

Não nos custa lembrar que estamos percorrendo um terreno histórico que tem como base uma intensa observação de fenômenos. A redação do tratado de Kraepelin, em 1883, o apresenta como um herdeiro da tradição nosológica clássica, ou seja, de uma tradição que se propõe a relatar e descrever minuciosamente toda sorte de afecções mentais.

Kraepelin escreveu, em 1883, um manual: o *Compêndio de Psiquiatria* que chegou a trinta edições e transformou-se num tratado com mais de duas mil páginas (Bercherie, 1980). A partir da quarta edição passou a realizar uma nova classificação, a dos estados psíquicos degenerativos, incluindo a paranóia neste quadro, com o nome de *Dementia paranoides*.

Vejamos como ele classifica a demência paranoide:

Nesse caso, após um período depressivo inicial, instala-se rapidamente uma floração de idéias quixotescas, absurdas e constantemente mutáveis, inicialmente construídas em torno de interpretações e de ilusões de memória. (Bercherie apud Kraepelin, p.165).

É possível notar, então, que a definição de Kraepelin funciona como um divisor de águas em relação à conceituação da paranóia tal qual a compreendemos na atualidade. Vejamos ainda outras observações importantes feitas por Kraepelin a respeito da paranóia:

(...) de desenvolvimento insidioso, sob a dependência de causas externas e segundo uma evolução contínua, de um sistema delirante duradouro e impossível de ser abalado, e que se instaura com uma conservação completa da clareza e da ordem do pensamento, na vontade e na ação. (Kraepelin apud Bercherie, 1980 p.170)

Bercherie pontuará que a conservação da clareza do pensamento foi exatamente o traço que permitiu a Kraepelin isolar a paranóia das demais formas de demência precoce. Tal clareza de pensamento conservada na paranóia é um traço que demonstra sua habilidade intelectual.

A paranóia para Kraepelin resume-se em dois mecanismos fundamentais: o delírio de referência, que são os delírios de significação pessoal, e as ilusões de memória, que estão na base das formulações dos diferentes tipos de perseguição, ciúme, grandeza, erotomania.

A partir da escola de Kraepelin houve a diferenciação de duas grandes formas de adoecimento psíquico, ou melhor, dois “grupos mórbidos”. Essa diferenciação trata do grupo das demências e das psicoses, como duas formas distintas de alienação. (Lacan, 1932, p.1)

A concepção da demência constituiria um “déficit capacitário”, marcando com isso a hipótese de uma existência de um paralelo da afecção mental com um distúrbio orgânico. Por outro lado, o grupo das psicoses não apresentaria a presença de um déficit que pudesse ser identificado em testes de memória, percepção, discurso, etc (idem).

Tudo isso influenciou muito a visão de Lacan em relação à psicose, pois, segundo ele, as psicoses estariam, de acordo com muitas doutrinas, relacionadas à afetividade, ao juízo, sendo assim distúrbios específicos de uma síntese psíquica. A essa síntese ele irá denominar personalidade.

Lacan (1932) ainda defende não desconhecer nenhuma concepção de fatores orgânicos que componham a psicose, todavia prefere privilegiar o estudo das psicoses a partir do que chama de “sentido humano”, ao relacioná-la com aspectos da personalidade.

Por isso, então, o problema que pretende pesquisar trata da relação da psicose em suas relações com a personalidade e específica que pretende abordar este problema a partir da psicose paranóica.

Lacan segue suas observações marcando bem a importância que Kraepelin teve neste momento. Os autores anteriores a este último buscaram discutir esta questão sem, contudo, conseguirem encontrar um denominador comum em torno das questões envolvendo o conceito de paranóia.

1.1.3 Grupo francês

Lacan apresenta também em sua tese a tradição francesa no que diz respeito à adoção ou uso da paranóia como classificação. Ele demonstra que seu emprego foi usado tardiamente na França embora houvesse pesquisas neste sentido.

Um grande número de estudiosos deste período, que compreende o final do século XIX, realizou a sua formação na Salpêtrière, recebendo em sua grande maioria a influência de Charcot. (Bercherie, 1980, p. 177).

Os trabalhos desenvolvidos por este grupo tinham características comuns e a paranóia era caracterizada como um delírio sistematizado que correspondia a uma “monomania intelectual”.

Novamente, vemos um destaque à característica que mais se denota na paranóia: um distúrbio do pensamento ou uma psicose intelectual. Observamos essa característica no trabalho de Jules Séglas.

Este último, um importante expoente desta tradição, inicialmente delimitou a confusão mental em relação à paranóia, que ele classificava como paranóia aguda. Para ele a paranóia aguda diferenciava-se da confusão mental, pois, esta última:

...começa bruscamente por um estado de delírio alucinatório com confusão, só que, enquanto os sintomas, na confusão primária, ao se atenuarem, deixam evidentemente atrás de si o fundo de confusão mental que lhes deu origem, na paranóia aguda, ao contrário, uma vez passado esse período de agudeza, a confusão desaparece e vemos diante de um delírio com sistematização mais ou menos perfeita. (ibid, p.180).

Vemos então que o termo paranóia para Séglas permitia que incluísse nessa categoria os delírios crônicos, sistematizados ou agudos. Ele procurou, assim, diferenciar duas formas de paranóia: as paranóias secundárias e a paranóia aguda. A grande diferença entre as duas localizava-se no momento em que o sintoma paranóico surgia.

Nas paranóias secundárias os delírios sistematizados ocorriam num momento posterior a estados agudos de mania, melancolia, confusão mental e até mesmo de paranóia aguda.

Já a paranóia aguda consistia em casos de delírio alucinatório não confusional, sistemático e agudo, se aproximando muito da forma clássica de paranóia (ibid, p.190).

Ao entrarmos no século XX, por volta de 1902, os autores franceses Serieux e Capgras iniciam uma série de trabalhos com base nos trabalhos de Kraepelin sobre o delírio de interpretação, que foram publicados em uma monografia intitulada de *Loucuras Racionais* (1906).

Notemos que a base dos trabalhos desses autores bebia da fonte de Kraepelin. Em suas observações, Lacan assinala que Kraepelin foi o grande responsável pela maturidade da paranóia como conceito (Lacan, 1932, p. 12).

Voltando a Serieux e Capgras, observamos que o título da monografia redigida por eles, *Loucuras Racionais* destaca a lógica contida na loucura paranóica. O título em francês *Les Folies Raisonantes* exalta melhor a característica destacada pelos autores que literalmente deveria ser traduzida como *As loucuras que raciocinam*, por tentar dar ênfase exatamente a essa característica, do raciocínio da paranóia.

A sintomatologia das *Loucuras Racionais* se apresentava sob a forma de interpretações delirantes que seriam seguidas de idéias delirantes subseqüentes às interpretações, tais como delírios de perseguição, grandeza, ciúme, hipocondríacos e de auto-acusação. Havia ainda a divisão da evolução em três períodos: uma fase de incubação meditativa, na qual ainda havia dúvida no sujeito, o período de sistematização em que aparecia a idéia do delírio e o período em que o delírio poderia ficar encoberto, sem aparecer. (Bercherie, 1980, p. 200).

O destaque dado por eles ao raciocínio paranóico converge com a hipótese lacaniana de um conhecimento paranóico. Sem dúvida o que mais salta aos olhos em relação à paranóia é a estruturação do pensamento e a construção de um sentido lógico para o mundo com base no delírio.

Lacan observa (1932, p.57) que para estes autores há uma relevância na constituição paranóica, pois eles assinalam que, ao contrário das demências, não há uma dissolução nem modificação do caráter do sujeito, O que ocorre é um desenvolvimento exacerbado e unilateral de certas idéias preexistentes.

Richard Simanke (2002, p.75) elucida bem em que consistiria a constituição paranóica ao observar que existem duas maneiras de entender essa expressão. Numa delas a noção de uma constituição paranóica substitui a idéia de uma constituição organogenética condicionada secundariamente a fatores históricos e psicológicos. Na outra, a constituição paranóica torna-se uma categoria meramente descritiva de um conjunto de traços passíveis de serem atualizados em uma formação patológica.

Lacan não se furta também em apresentar semelhanças entre as três escolas. Sobre a última escola, a italiana ele introduz brevemente sem se estender em seus comentários. Ele resume o pensamento da corrente italiana observando que essa se apoiava na noção do pensamento paranóico como diferente da estrutura do pensamento normal.

Não devemos perder de vista de que é exatamente a partir destes autores que se localiza a formação de Lacan. É exatamente dentro desta tradição que seu arcabouço teórico é formado. O que nos interessa nas observações de Lacan acerca

das concepções históricas da paranóia localiza-se na apropriação que este ira fazer deste contexto a fim de formalizar uma teorização sobre o conhecimento paranóico.

Faz-se necessário ainda, portanto, falarmos daquele que o próprio Lacan (1966) denomina “nosso único mestre”: Clérambault.

1.1.4 Clérambault

Parte da formação de Lacan é realizada na “Enfermaria especial dos alienados da delegacia de polícia”. Neste lugar trabalhava Gaëtan Gatian de Clérambault (1872-1934), psiquiatra e estudioso da erotomania e da constituição paranóica.

O trabalho de Clérambault tinha como principal tarefa decidir a internação de pacientes que eram considerados “loucos perigosos” (Harari, 2006, p.8), o que lhe demandava ser muito preciso em seus diagnósticos. Assim, sua clínica lhe proporcionava uma rica experiência.

Segundo Roudinesco (1986, p.123), Clérambault procurava realizar, como Kraepelin, uma classificação coerente das psicoses, propondo assim defini-las a partir de um elemento essencial: *a síndrome do automatismo mental*. O que seria isso?

Por automatismo mental, Clérambault compreende “os fenômenos clássicos: pensamento antecipado, enunciação dos atos, impulsões verbais e tendência aos fenômenos psico-motores” (Clérambault, 1924, p.193). Ele opõe tais fenômenos às alucinações auditivas - por acreditar que estas são freqüentemente individualizadas e temáticas. Conclui que as alucinações ocorrem num momento posterior e o Automatismo Mental apresenta um caráter precursor no desencadeamento da psicose.

A hipótese de Clérambault assinala que a origem do automatismo residiria em uma causa orgânica. Neste ponto, Roudinesco observa que a tese de Clérambault é herdeira da tradição de Kraepelin não somente por manter o organicismo na base da psicose como também demonstra ser o herdeiro da clínica do olhar.

Por clínica do olhar entendemos a minúcia empenhada na observação e descrição dos fenômenos mentais. Bercherie (1980, p.284) descreve o mestre de Lacan da seguinte forma:

Um estilo lapidar e fascinante de concisão e eficácia, um verdadeiro talento de observação analítica, a predileção e o talento para as grandes sínteses e as visões de conjunto, uma cultura psiquiátrica enciclopédica e constantemente presente no espírito e um carisma pessoal certo, parcado com um sentimento seguro de sua superioridade: são estes os elementos que nos ficaram para compreender o fascínio exercido por Gaëtan Gatian de Clérambault sobre seus contemporâneos, bem como as paixões, muitas vezes hostis que ele despertou como ninguém fizera antes no campo da psicopatologia francesa.

Uma das contribuições de Clérambault para o entendimento das psicoses foi ter-nos deixado de herança laudos que, como observa Tzyler (1994, p.119), chegavam ao número de quase uma dezena por dia. Neles pode-se acompanhar o aparecimento de novos termos e sua transformação em conceito. O autor observa ainda que Clérambault, por se interessar pelo desencadeamento das psicoses, buscava leis gerais. (idem, p. 123). Dessas psicoses, pode-se destacar as erotomanias como um campo de observação ao qual ele se debruçou.

Roudinesco (1986, p.126) oferece uma pista do que seria a importância de Clérambault no interesse de Lacan pelas psicoses:

De fato, ele reivindica os ensinamentos de seu mestre, porém os transforma, já que substitui o conceito de *síndrome de automatismo mental* pelo de *estrutura* e integra o delírio passional no arcabouço geral da paranóia.

A ênfase no conceito de automatismo mental leva Lacan a aproximar-se e afastar-se, ao mesmo tempo de seu mestre. Ele dele se aproxima porque, ao adotar a idéia defendida por Clérambault de que os fenômenos de automatismo mental são fundamentais na psicose, a dimensão da linguagem é inteiramente desvelada na paranóia, tal como Lacan pretendia assinalar. Mas, por outro lado, justamente por deter-se na relevância da linguagem na constituição psíquica é que a explicação organicista do automatismo mental é rejeitada por Lacan. Portanto, o que Lacan ressalta como de seu interesse no automatismo mental é a relação da psicose com a linguagem.

A proposta de Lacan sobre a causalidade psíquica vai de encontro com a teoria organicista. Sua proposta era de que a loucura seria um fenômeno do pensamento, não sendo, portanto, um defeito de adaptação à vida. Ao descartar a questão orgânica da loucura em prol da causalidade psíquica traz à cena a dinâmica do desejo e das identificações.

Será que não se centraria nesse ponto a passagem de Lacan da psiquiatria à psicanálise? Ao refutar que as causas orgânicas estariam presentes na etiologia da psicose, Lacan se permite criar seu próprio sistema de pensamento sem deixar de lado a proposta de trazer contribuições ao pensamento psicanalítico.

1.2 Algumas contribuições de Freud a respeito da psicose¹

Um homem que não perde a razão diante de determinadas coisas, não tem nenhuma razão para perder.²

1.2.1 A psicose como defesa

Encontramos os primeiros indícios do interesse de Freud pela psicose num artigo de 1894 que foi intitulado *As neuropsicoses de defesa*.

Nesse trabalho Freud organiza, sob o nome de “neuropsicoses de defesa”, a histeria, as obsessões e alguns casos de confusão mental. Não havia ainda, entretanto, uma definição de psicose tal qual encontraremos a partir de 1924, distinta nosologicamente da neurose. A origem da terminologia empregada em 1894 se explicaria com a hipótese de que todos esses casos clínicos seriam afecções mentais com a característica comum de um elemento de defesa.

Richard Simanke (1994) propõe o seguinte resumo sobre o conceito de defesa:

De modo geral, a defesa pode ser definida como aquele conjunto de operações que visam diminuir ou, de preferência, eliminar totalmente qualquer modificação capaz de por em risco o equilíbrio na economia interna do sistema neuropsíquico. Esta modificação indesejável consiste, eminentemente, no surgimento na consciência de uma representação conflitiva, ou seja, uma representação capaz de induzir um aumento intolerável na intensidade da excitação a ser suportada e metabolizada por aquele pólo da personalidade que Freud, muito cedo, denominou ego. (Simanke, 1994, p. 73)

Compreendemos então a defesa como uma tentativa realizada pelo *eu*³ de manter uma idéia ou uma sensação desagradável afastada da consciência. Nesse momento, Freud postulava que na base do adoecimento estaria um evento traumático. A defesa, portanto, seria o meio encontrado pelo *eu* para manter a idéia desagradável afastada da consciência. Um exemplo de defesa, citado por Freud, é o fenômeno de conversão histérica.

¹ O percurso das obras de Freud aqui empreendido deve-se a uma leitura lacaniana dos textos freudianos mais importantes para a compreensão das psicoses. Seguimos essa leitura a partir das indicações de Antonio Quinet (2003), Neuza Santos Souza (1991) e Solal Rabinovitch (2001).

² Freud cita a frase no Rascunho H (Freud, 1950 [1892-1899], p.254), texto enviado a Fliess. A frase foi extraída da peça *Lessing* de Emilia Galotti, ato IV cena 7. Segundo nota da edição Standard a mesma citação encontra-se em um artigo inacabado de Freud: *Tipos psicopáticos no palco* (1905-1906).

³ Ao longo deste trabalho, optaremos por usar o termo *eu* ao invés de *ego* por ser mais fiel ao original freudiano. Porém, estamos fazendo uso da edição Standard para realizar as citações, e nela se encontra o termo *ego*. Assim, será utilizado no corpo do texto o termo *eu*, mas nas citações e na referência bibliográfica o termo *ego*. O conceito de *eu* sofreu inúmeras modificações em sua obra, por isso, contemplaremos com mais cuidado essas mudanças no próximo capítulo. Nesse momento, quando Freud fala de *eu* podemos assemelhar à consciência.

Ainda segundo Simanke, a teoria da defesa foi uma das contribuições teóricas mais importantes formuladas por Freud antes de 1900, uma vez que o conceito de recalque derivou-se dessa teoria (ibid, p.71). Embora possamos observar uma semelhança entre a teoria da defesa e a teoria do recalque, é importante frisar que o recalque foi formulado posteriormente, sendo uma derivação da teoria da defesa e não um sinônimo.

Lembremos que a teoria do recalque é considerada por Freud como a “pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise” (Freud, 1914, p.26).⁴ O que desejamos especificar com esse comentário é a importância que o conceito de recalque adquiriu na obra freudiana. Vale recordar que Freud postulava que as doenças teriam uma etiologia psíquica. No início essas doenças advinham de alguma experiência traumática real, cuja lembrança seria traumática. A hipótese de Freud sobre o recalque localizaria no inconsciente o lugar onde seriam armazenadas as idéias inconciliáveis com o *eu*. Assim, o que não pudesse ser mantido na consciência seria recalcado, ou seja, afastado da consciência. Uma forma possível de trazer novamente à consciência tais representações desagradáveis, segundo Freud, seria o tratamento psicanalítico, que, por sua vez, teria como principal método a associação livre. Ao falar livremente “tudo que lhe viesse à cabeça”, (Freud 1909, p. 144) o analisante experimentaria momentos em que, através de lapsos e associações, testemunharia o retorno do conteúdo recalcado. Mas por que motivos alguém preferiria recordar um evento traumático, ao invés de mantê-lo afastado da consciência? Freud postulava que a recordação de um evento traumático pela fala e a posterior elaboração de seu conteúdo evitaria que ele retornasse ao sujeito na forma de um sintoma.

A compreensão desse mecanismo foi um dos fatores que permitiu a Freud, posteriormente, abandonar a hipnose como método e inaugurar a psicanálise como uma nova terapêutica, que visava acessar o conteúdo inconsciente ou inacessível ao sujeito pela fala.

Fizemos essa pequena digressão, pois, consideramos necessário apresentar o conceito de defesa e o de recalque antes de continuarmos a nossa pesquisa.

Resta, então, esclarecer um pouco mais o campo das neuropsicoses de defesa, que é o que nos interessa nesse momento. Como dissemos anteriormente, Freud irá incluir sobre esse nome as fobias, histerias e até alguns casos de confusões alucinatórias. O traço comum entre elas seria a evidência de um conflito defensivo no

⁴ Encontramos essa definição do recalque no artigo *A história do movimento psicanalítico* quando relata os motivos do abandono na hipnose como técnica terapêutica.

cerne do adoecimento. Ou seja, a defesa surgiria como o meio encontrado pelo *eu* para manter a sua integridade e constância.

É importante lembrar que dentro do grupo das neuropsicoses inclui-se a psicose, pois Freud assinalava que o sintoma psicótico também apareceria por conta de uma defesa. Agora vejamos como Freud sustenta a teoria da defesa no caso da psicose.

Portanto, é justificável dizer que o eu rechaçou a representação incompatível através de uma fuga para a psicose. O processo pelo qual isso é conseguido escapa, mais uma vez, à auto-percepção do sujeito, assim como escapa à análise psicológico-clínica. Deve ser encarado como a expressão de uma predisposição patológica de grau bastante alto e pode ser descrito mais ou menos como se segue. O eu rompe com a representação incompatível; esta, porém, fica inseparavelmente ligada a um fragmento da realidade, de modo que, à medida que o eu obtém esse resultado, também ele se desliga, total e parcialmente, da realidade. Em minha opinião, este último evento é a condição sob a qual as representações do sujeito recebem a vividez das alucinações; assim, quando a defesa consegue ser levada a termo, ele se encontra num estado de confusão alucinatória. (Freud, 1894, p. 176).

Uma das formas da psicose apresentar uma defesa será estudada por Freud como mecanismo da projeção. O que nos interessa marcar em relação à projeção é que a mesma apresenta-se como um mecanismo peculiar da paranóia⁵. Passemos então ao próximo ponto para que possamos estudar um pouco mais essa questão.

1.2.2 A projeção

Acabamos de apresentar um texto escrito por Freud em 1894. Como desejamos continuar a pesquisa dos textos freudianos em que podemos encontrar referências à psicose, sugerimos continuar por essa trilha histórica.

Encontraremos no ano seguinte, em 1895, um manuscrito enviado a Wilhelm Fliess, o rascunho H, no qual Freud se dedica a estudar a paranóia. O que irá nos interessar nesse artigo será a introdução do conceito de projeção a partir da observação de um caso de paranóia.

Nos chama a atenção, contudo, no início do artigo, a semelhança dada entre a paranóia e a neurose obsessiva. Ele aproxima essas duas classes de patologia designando ambas como distúrbios puramente intelectuais. Outro comentário de Freud

⁵ Esta rejeição da idéia incompatível junto com um fragmento da realidade é reformulada por Lacan com o conceito de “foraclusão”, característico das psicoses (Rabinovitch, 2001). No entanto, não trabalharemos este conceito aqui, uma vez que nosso escopo consiste na abordagem do aspecto imaginário do conhecimento. Em outras palavras, nos interessamos pela paranóia enquanto uma característica do conhecimento humano, e não enquanto uma estrutura clínica. É sobre o aspecto transestrutural que nos detemos.

diz respeito ao conflito psicológico que estaria na base do adoecimento psíquico. Vejamos o que ele diz a respeito:

Se as obsessões já foram atribuídas a uma perturbação afetiva e se encontrou prova de que elas devem sua força a um conflito, então a mesma opinião deve ser válida para os delírios, e também estes devem ser consequência de distúrbios afetivos, e sua força deve estar radicada num processo psicológico. Os psiquiatras aceitam o contrário desse fato, ao passo que os leigos tendem a atribuir a loucura delirante a eventos mentais desagregadores. (Freud, 1895, p.253-254).

Mais à frente, neste mesmo artigo, ele volta inclusive a lembrar que tanto a paranóia quanto a neurose obsessiva e a histeria são modos patológicos de defesa, ressaltando, mais uma vez, que o adoecimento ocorre diante de situações intoleráveis.

Será apoiado na idéia de uma representação intolerável que Freud irá explicar o conceito de projeção, dando como exemplo a projeção paranóica, ressaltando que embora seja muito freqüente nessa afecção, não se trata de um mecanismo exclusivo da paranóia.

Ele oferece como exemplo o caso de uma moça que se considerava observada e perseguida pelos vizinhos. O que vale a pena destacar nesse caso incide sobre o mecanismo de projeção. Na realidade, a moça descrita projetava nos outros as recriminações que na realidade ela evitava fazer a si mesma.

Portanto, o que Freud salienta como peculiar à projeção é a localização ou transposição para outros de conteúdos próprios ao sujeito, que se apresenta como um mecanismo de defesa do eu.

Em 1896 irá redigir um novo artigo intitulado de *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa*. Nesse texto ele retoma suas considerações sobre as psiconeuroses de defesa e novamente compara a neurose obsessiva à paranóia.

Na paranóia ele irá observar que recriminações são projetadas no mundo exterior, sendo que na neurose obsessiva, vários conteúdos recriminatórios permanecem nos pensamentos dos obsessivos. Sobre a projeção paranóica Freud afirma o seguinte:

Na paranóia, a auto-acusação é recalcada por um processo que se pode descrever como *projeção*. É recalcada pela formação do sintoma defensivo de *desconfiança nas outras pessoas*. Dessa maneira, o sujeito deixa de reconhecer a auto-acusação; e, como que para compensar isso, fica privado de proteção contra as auto-acusações que retornam em suas representações delirantes (1896, p.182.)

Segundo Simanke (1994), por Freud assegurar que a projeção se aplicaria a todos os casos de paranóia, equivaleria dizer que ela poderia ser identificada como um

novo “critério nosográfico” (p.84), que não estaria necessariamente atrelado à psiquiatria da época. Sua contribuição para realizar uma nosografia psicanalítica seria, segundo esse autor, a perspectiva do uso da projeção como critério de identificação de uma psicose paranóica.

Para Freud, também seria possível definir a paranóia a partir, por exemplo, da megalomania não havendo a necessidade de haver um delírio persecutório para caracterizar a paranóia. Nesse caso, a idéia delirante manteria afastada do eu uma representação desagradável.

Lembremos que Freud nesse período ainda realizava a inclusão de várias afecções sobre o grande grupo das neuropsicoses de defesa. Até o momento estamos apresentando textos que correspondem aos primórdios da psicanálise. Posteriormente, contudo, a partir de sua segunda tópica, Freud apresentará mais dois textos sobre a psicose nos quais realizará uma distinção mais clara entre a neurose e a psicose. Vejamos como no próximo item.

1.2.3 A questão da realidade: hipótese e distinção diagnóstica

As considerações de Freud sobre a psicose não se encerram nos textos citados acima. Em 1924 Freud publica dois artigos *Neurose e Psicose* e *A perda da realidade na neurose e na psicose*. O que iremos observar a partir desse momento será uma distinção um pouco mais específica em relação à neurose e à psicose. Examinemos o comentário a seguir.

Em vinculação com uma seqüência de pensamento levantada em outros campos, relativa à origem e prevenção das psicoses, ocorreu-me agora uma fórmula simples que trata com aquilo que talvez seja a mais importante diferença genética entre uma neurose e uma psicose: a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo. (1924 [1923], p.167)

Freud anuncia nesse texto, que buscará aplicar algumas idéias formuladas no artigo *O eu e o isso* (1923), ao buscar observar a gênese específica da neurose por um lado e da psicose por outro. As idéias elaboradas em 1923 que ele irá fazer uso no artigo de 1924 dizem respeito a uma das instancias psíquicas estudadas por ele: o eu e o modo como o mesmo se constitui.

Observamos no trabalho de 1924 (*Neurose e Psicose*) que Freud não estabelece uma grande distinção entre o *eu* formado na neurose e o *eu* formado na psicose. Por isso, a forma encontrada para diferenciá-los residiria na relação que o *eu*

estabelece com o que Freud convencionou chamar de seus senhores, ou seja, as relações do *eu* com diversas instâncias. Essa questão foi uma das tônicas do artigo *O eu e o isso*⁶ que, por sua vez, foram retomadas em 1924.

Para Freud o *eu* se relacionaria com o *isso*⁷, com o *supereu* e com o mundo externo. Ainda segundo Freud, o mundo externo poderia se relacionar com *eu* de duas formas distintas. Através de percepções atuais, que seriam sempre renováveis, ou armazenando percepções anteriores como o conteúdo do mundo interno, o *eu* seria capaz de criar um novo mundo interno e externo, mas ambos seriam criados a partir dos impulsos do *isso*. Caso houvesse uma frustração muito intensa, o *eu* ficaria abalado.

Ao mostrar as relações do *eu* com o mundo Freud demonstra, mais uma vez, que o início de uma neurose ou uma psicose são, portanto, semelhantes: a frustração não realizada que seria externa. Diante desses fatos, o *eu* teria duas alternativas: ou ele continuaria numa dependência do mundo externo ou o *isso* seria silenciado. Freud afirma o seguinte:

O efeito patogênico depende de o ego, numa tensão conflitual desse tipo, permanecer fiel à sua dependência do mundo externo e tentar silenciar o id, ou ele se deixar derrotar pelo id e, portanto, ser arrancado da realidade. Uma complicação é introduzida nessa situação aparentemente simples, contudo, pela existência do superego, o qual, através de um vínculo ainda não claro para nós, une em si influências originárias tanto do id quanto do mundo externo, e constitui, até certo ponto, um modelo ideal daquilo a que visa o esforço total do ego: uma reconciliação entre os seus diversos relacionamentos dependentes. A atitude do superego deveria ser tomada em consideração — o que até aqui não foi feito — em toda forma de enfermidade psíquica. Podemos provisoriamente presumir que tem de haver também doenças que se baseiam em um conflito entre o ego e o superego (Neurose e Psicose, 1924, p.169)

O segundo artigo *A perda da realidade na neurose e na psicose (1924)*, escrito num intervalo de apenas alguns meses em relação ao primeiro, parece ser uma complementação do que não teria sido contemplado no artigo anterior.

Ele irá, então, se deter sobre os mecanismos que envolveriam a perda da realidade. Pode-se também constatar uma perda da realidade tanto na psicose quanto na neurose, mas de outra ordem.

A diferença entre a perda da realidade na neurose e na psicose encontra-se no “desfecho final”. Com o primeiro artigo vimos que a gênese de ambas afecções seria parecida, contudo, haveria uma diferença. O que estamos tentando afirmar com isso? O que se percebe é que o fragmento da realidade que é evitado na neurose será

⁶ No capítulo seguinte exploraremos melhor esse texto de Freud, pois estaremos empenhados em estudar as relações de eu com o conhecimento.

⁷ Ainda não tratamos sobre o *isso* nesse capítulo. Conforme dissemos anteriormente, preferimos adotar a tradução de “eu, isso e supereu” ao invés de “ego, id e superego”. Embora algumas citações do texto de Freud estejam redigidas dessa forma.

evitado por uma espécie de fuga. Então, poderíamos com Freud assinalar que na neurose também há uma tentativa de se evitar a realidade. Por outro lado, na psicose notamos uma tentativa de substituição da realidade pelo delírio. Resumidamente, então encontraríamos na neurose a fuga e na psicose a substituição.

Recentemente indiquei como uma das características que diferenciam uma neurose de uma psicose o fato de em uma neurose o ego, em sua dependência da realidade, suprimir um fragmento do id (da vida instintual), ao passo que, em uma psicose esse mesmo ego, a serviço do id, se afasta de um fragmento da realidade. Assim, para uma neurose o fator decisivo seria a predominância da influência da realidade, enquanto para uma psicose esse fator seria a predominância do id. Na psicose a perda de realidade estaria necessariamente presente, ao passo que na neurose, segundo pareceria, essa perda seria evitada. (Freud, 1924, p. 205).

É interessante apresentar como Freud concebia a perda da realidade no caso da psicose. Ele salienta a importância das percepções nesse caso.

Em uma psicose, a transformação da realidade é executada sobre os precipitados psíquicos de antigas relações com ela — isto é, sobre os traços de memória, as idéias e os julgamentos anteriormente derivados da realidade e através dos quais a realidade foi representada na mente. Essa relação, porém, jamais foi uma relação fechada; era continuamente enriquecida e alterada por novas percepções. (idem, p 207).

Podemos constatar nessas citações que a perda da realidade ou o delírio desempenharia um papel importante na psicose. Embora já tenhamos apresentado o rascunho H, vale recordar o estudo que Freud fez ao demonstrar que a idéia delirante é muito importante na psicose. Ele constata que em todos os casos estudados a idéia delirante é sustentada com muita energia, tornando-se impossível questionar o conteúdo delirante. Por mostrar que o delírio é muito importante ao sujeito ele afirma que: “*Assim, essas pessoas amam seus delírios como amam a si mesmas. É esse o segredo*”. (Freud, 1895, p.257).

Encontramos na idéia de amar ao delírio como a si mesmo uma das mais importantes pistas que podem nos auxiliar a compreender como alguns psicóticos se prendem a suas idéias delirantes e como se mostra ineficaz na clínica a refutação de um delírio. Na medida em que ocorre a frustração do *eu* encontramos no delírio uma forma de sustentação da realidade. Daí, talvez, se justifica a hipótese de Freud de que o delírio é uma tentativa de cura, pois se partilharmos dessa hipótese podemos também pensar que o delírio estaria na base da estabilização psicótica.

Por outro lado, o que aqui mais convém demarcar é a constituição de um *eu* mediante a atividade delirante. A sua importância para a estabilização residindo

justamente neste ponto, na tentativa de constituição de uma unidade corporal unificada.

1.2.4 O eu e o narcisismo

No início desse capítulo buscamos retomar a história da paranóia e apresentamos rapidamente a influência que Lacan recebeu de Clérambault, para só então apresentarmos a contribuição de Freud sobre a psicose.

Foi possível observar até o momento, no que diz respeito às psicoses em Freud, que seus estudos nos direcionam a pensar sobre o papel desempenhado pelo *eu*. Vemos, a partir dos desenvolvimentos de Freud nos dois artigos de 1924 (já citados mais acima), que naquele momento ele se detém numa investigação do papel desempenhado pelo eu na perda da realidade.

O *eu*, portanto, é o elemento chave para avançarmos em nossa pesquisa. Por isso, dedicaremos o próximo capítulo ao seu estudo. Buscaremos compreender melhor como o *eu* poderia ser compreendido *locus* do conhecimento. Para tanto, antes será necessário estudarmos um dos textos mais fundamentais da obra freudiana: *Sobre o Narcisismo*, escrito em 1914.

Freud começou a trabalhar o conceito de narcisismo a partir da descrição de alguns casos de psicose, questionando de que maneira a libido estaria implicada na megalomania (entendida como um desvio da libido), encontrada nesses casos. Assim, Freud irá conceber o conceito de neurose narcísica, a qual tem origem num desinvestimento da libido do *eu* para o mundo externo.

Nesse momento, as neuroses narcísicas passam a abarcar o grupo das paranóias, bem como a esquizofrenia e a melancolia. O uso dessa classificação foi extremamente passageiro na obra de Freud, sendo posteriormente abandonado com a segunda tópica, após a qual, como vimos, será feita uma diferenciação entre neurose e psicose. Enquanto Freud ainda fazia uso dessa primeira classificação, ele distinguiu as neuroses narcísicas das neuroses de transferência. Este último grupo compreenderia a histeria de angústia, a histeria de conversão e a neurose obsessiva (que não privilegiaremos neste estudo). Recordemos que até esse período, em que há a formulação da neurose narcísica, tanto as psicoses quanto as neuroses se agrupavam no grupo das psiconeuroses. Observemos ainda que o que permite a

Freud fazer essa distinção entre neurose e psicose será o estudo do investimento libidinal realizado pelo *eu*, o que o conduziu posteriormente à hipótese do narcisismo.

Apesar de termos adiantado um pouco a história do desenvolvimento do conceito de narcisismo, trata-se de um conceito complexo na obra freudiana, o que exigirá que nos detenhamos mais amplamente neste ponto.

Freud inicia o artigo “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914, p.84), assinalando que o *eu*, enquanto unidade corporal unificada, não está presente desde o começo, faz-se necessária uma “nova ação psíquica” para que se passe do auto-erotismo para o narcisismo. Em outras palavras, durante o auto-erotismo, o corpo não é experimentado como uma unidade, mas como um corpo despedaçado. O que permite, então, esta mudança?

Para destacar este processo, Freud evoca a noção de “eu ideal”, assinalando uma etapa da vida da criança em que ela é amada incondicionalmente, em sua expressão, ela é “Sua Majestade: o Bebê”. Contudo, a medida em que as exigências da realidade se impõem, a criança passa a ter que atender a alguns objetivos a fim de ser amada. Essas condições ou critérios a ela impostos para a obtenção do amor dos pais nada mais são que o próprio narcisismo perdido dos pais nelas projetado. Dito de outro modo, aquilo que os pais consideram como os “ideais” por meio dos quais eles seriam novamente amados como na época de “Sua Majestade: o Bebê” é exigido da criança. Para esta ser amada é preciso obedecer a certos preceitos. Forma-se, assim, o “ideal do eu”. Freud diz:

O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal” (Freud, 1914, p.101)

Portanto, evidencia-se que para a formação do eu há necessidade de um outro para que ele se constitua. O papel dos pais no amor encontrado durante o período em que o indivíduo vivencia o “eu ideal”, bem como o estabelecimento posterior do “ideal do eu” com o qual o indivíduo terá que se identificar a fim de afastar a ameaça do desamparo, é fundamental na constituição do eu.

Essa questão esclarece uma observação que Freud faz em seu Projeto para uma Psicologia Científica (1895, p.370), sobre o desamparo ser constituinte a todo sujeito, pois, para termos essa unidade corporal e psíquica que Freud chama de eu, temos que estar em dependência com o outro. Arelado ao “eu ideal” apresenta-se a fase denominada de narcisismo primário. Quando esta dependência do outro é mais incisiva, com a constituição do “ideal do eu”, surge o que se denomina de “narcisismo secundário” ou narcisismo propriamente dito.

Assim, após este momento em que o sujeito diferencia-se do mundo externo, constituindo-se como um objeto total, ou seja, uma imagem corporal unificada, torna-

se possível que o próprio *eu* seja tomado como objeto de investimento libidinal. A libido investida nos objetos pode ser direcionada ao próprio *eu* e vice-versa. Assim é como Lacan lê Lacan esse texto, como veremos em seu estágio do espelho.

Este refluxo da libido, ora sobre o *eu*, ora sobre objetos do mundo externo, é bem desenvolvido por Freud ao abordar a melancolia e o caso Schreber, que aqui nos interessa.

O caso Schreber, por mostrar alguns desses elementos como identificação, o papel dos pais e o lugar em que a libido ocupa será nosso interesse a partir de agora.

1.2.5 Schreber, o grande cientista

O paranóico só conhece o saber. Sua relação com o saber constitui seu sintoma. O que o persegue a não ser um saber que passeia pelo mundo, a não ser um saber que se faz mundo? (Miller, 1996, p. 149).

Em Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides) (1911) Freud inicia a apresentação da história de Schreber destacando se tratar de um caso de extrema relevância para o estudo da paranóia. Ele assinala que o fato de os psicóticos em geral revelarem o que, na maior parte das vezes, os neuróticos mantêm em segredo contribui muito para a investigação psicanalítica sobre as patologias mentais.

Freud resume a parte essencial do sistema delirante de Schreber na crença de ter a missão de redimir o mundo e com isto restituir uma beatitude perdida. Isto é, restituir ao mundo as virtudes graças à aceitação por parte de Schreber de cumprir com sua missão. Contudo, devemos destacar que, para Schreber, esta missão redentora deveria ser precedida por sua transformação em mulher de Deus.

Num primeiro momento a descrição da essência delirante de Schreber poderia parecer sem relevância para nosso trabalho. Entretanto, o que nos interessa estudar é o modo como seu delírio adquire consistência e como o doente realiza a construção de seu intrincado sistema de pensamento. Além disso, podemos também salientar que sua construção foi extremamente relevante para encontrar a sua estabilização.

Por isso, para que possamos melhor compreender os fundamentos do sistema delirante de Schreber, faz-se necessário apresentar primeiramente alguns fatos de sua história. Após essa apresentação retomaremos os principais conteúdos de sua

narrativa, para que tentemos compreender os principais elementos de seu sistema delirante.⁸

Daniel Paul Schreber, juiz da corte de apelação de Dresden, começa o relato de suas memórias observando ter sofrido dos nervos por duas vezes, ambas oriundas de uma excessiva tensão que o trabalho lhe acarretava. A primeira vez que ficou doente foi justificada por ele, como tendo sido causada por uma excessiva quantidade de preocupações na época de sua candidatura a juiz da corte de apelação de Dresden. Ele fora tratado pelo Dr. Flechsig, que por sua vez, caracterizou o seu quadro como uma crise grave de hipocondria. Sua primeira doença começou no outono de 1884, mas ao final de 1885 já se encontrava restabelecido. A partir dessa época passou a sentir uma enorme gratidão pelo Dr. Flechsig, sentimento que mudou radicalmente com o avanço de sua doença.

Ao ser nomeado em 1893 como presidente da Corte de Apelação, começaram a surgir os primeiros sintomas. Antes de iniciar o trabalho em sua nova função começou a sentir-se estranho e a sonhar diversas vezes que estava novamente doente. Um dia, sem saber ao certo se estava acordado ou dormindo, teve o pensamento de que deveria ser bom ser uma mulher durante o coito. Seguiu-se um período em que foram se esboçando os principais elementos de seu delírio, bem como a reversão de Flechsig para seu perseguidor. Essa última crença delirante nunca fora abalada, tanto que na introdução de seu livro de memórias ele endereça uma dedicatória ao seu antigo médico ainda duvidando se não haveria uma relação maior com eles por uma conexão com o pensamento.

Os elementos de seu delírio que pretendemos destacar aqui falam da elaboração de uma língua fundamental que era falada por Deus, as almas do corpo, o papel de Deus e a sua missão de redimir o mundo com a conseqüente transformação em mulher de Deus.

Como vimos acima, Deus desempenhou um papel vital em seu delírio. Ele formula para Deus um sistema complexo de funcionamento com regras próprias e Schreber assume a posição de profundo conhecedor dessas regras. Uma de suas missões com a escrita das memórias seria a de partilhar esse conhecimento com o mundo.

Notamos, então, nesse caso de psicose paranóica a ênfase dada à necessidade de partilhar o novo conhecimento que, para Schreber era uma grande e importante revelação.

⁸Utilizaremos tanto as referências de Freud quanto as do próprio Schreber, a partir de seu livro de memórias.

Vejam, pois, como Schreber nos apresenta a figura de Deus. Para ele, Deus seria constituído por nervos em uma quantidade infinita e, para que o homem fosse criado, Deus retiraria de si uma parte de seus próprios nervos. Schreber (1903) ressaltava que Deus era “aparentado à alma humana”, mas diferenciava-se dos homens pelo fato de seus nervos existirem em um número ilimitado e serem eternos. O ser humano, então, seria constituído pelos nervos/alma além do próprio corpo. A alma estaria contida nos “nervos do corpo”. Uma parte dos nervos seria capaz de receber impressões sensoriais e a outra de receber e reter as impressões espirituais sendo por isso denominadas de “nervos do intelecto” (Schreber, 1903, p. 34).

Para Schreber, Deus teria a capacidade de se conectar com algumas pessoas dotadas – citando, por exemplo, os poetas - realizando uma conexão nervosa que proporcionaria ao homem vivo sonhos, pensamentos e outras representações do Além. Deus realizaria comumente esta conexão com “cadáveres” para extrair os nervos dos mesmos, que deveriam ser purificados (idem, p.36).

Durante este processo de purificação, Deus se comunicaria com as almas através do que Schreber nomeou de “língua fundamental”. Segue a explicação de Schreber sobre este idioma particular:

As almas a serem purificadas aprendiam, durante a purificação, a língua falada pelo próprio Deus, a chamada *língua fundamental*, um alemão arcaico, mas ainda vigoroso, que se caracteriza principalmente por uma grande riqueza de eufemismos (assim, por exemplo, recompensa com o sentido oposto, de punição, veneno por alimento, suco por veneno, profano por sagrado etc.) O próprio Deus era designado como a respeito daquele que é e será – perífrase da eternidade, e era tratado como *Sua Majestade Fidelíssima*. (Schreber, 1903, p.37).

Pelo que observamos até o momento, haveria um equilíbrio nas funções de Deus e dos homens, salvo quando alguns homens iniciavam um processo de grande excitação. Devido a essa questão, Schreber viu-se ameaçado por Deus. Mas afinal, o que poderia acontecer, segundo Schreber, com o excesso de excitação?

Quando os nervos do homem vivo entravam num grande estado de excitação eles atraíam para si os nervos de Deus, de tal forma que a existência divina ficaria comprometida e em perigo. Todavia, Deus seria capaz de perceber tudo o que acontece na terra graças à luz que emana do Sol e dos demais astros. Devido a este estado de excitação, Deus passaria a se comunicar com ele através das vozes nessa língua fundamental com o intuito de se resguardar dos nervos excitados de Schreber. Para se defender foi produzido através de Flechsig, uma ligação nervosa à alma de Schreber motivando assim um “assassinato de alma” (expressão da língua

fundamental de Deus), que se refere à fala produzida dentro de sua cabeça com o objetivo de levá-lo à ruína. Schreber observa que:

A capacidade de interferir desse modo sobre os nervos de uma pessoa é, antes de mais nada, própria dos raios divinos; isso decorre do fato de que Deus sempre esteve em condições de inspirar sonhos a uma pessoa adormecida. (...) O modo como essa interferência se verificava assumiu, com o decorrer dos anos, formas cada vez mais atentatórias – diria cada vez mais grotescas – diante da Ordem do Mundo e do direito natural do homem de dispor livremente de seus próprios nervos. (ibid, p. 61).

Vemos então que a introdução de Flechsig como perseguidor é causada por Deus como uma tentativa de se resguardar do próprio Schreber.

O resultado dessa interferência é o que Schreber denomina de “coação a pensar”, explicando que essa expressão foi sugerida pelas próprias vozes. O efeito produzido seria a obrigação de pensar ininterruptamente impedindo o descanso dos “nervos do intelecto” através do não-pensar.

Notamos que Schreber faz questão de ressaltar que os termos e expressões que escuta dessa “língua fundamental” não foram inventados por ele, assim como nunca havia escutado tal expressão de nenhum homem. Justifica redigir estas expressões entre aspas justamente por não serem de sua autoria. Relata que estes termos apenas reproduzem a designação sob a qual as vozes falam com ele. Essa afirmação salienta o quanto Schreber tem a sensação de ser invadido em seus pensamentos, observando que até as palavras lhe são estrangeiras.

Com essa breve apresentação percebemos como é complexo o sistema delirante de Schreber e como ele apresenta uma preocupação em tentar dar conta de explicar minuciosamente o funcionamento do mundo e seu papel diante disso. Essa exigência de sentido, de um sentido total, acabado e inequívoco, faz, para Lacan, da paranóia um modelo da forma como se estrutura o conhecimento de um modo geral.

Assim, em seu sistema de que forma então, Schreber encontraria saída, já que observamos que contra Deus dificilmente ele conseguiria um meio de se proteger? A solução encontrada por Schreber localiza-se na aceitação dos desígnios de Deus, ou seja, aceitar que ele seria transformado em mulher através da emasculação. Por emasculação compreendemos a transformação dos órgãos internos ao mesmo tempo em que os órgãos masculinos iriam se retrair para o interior do corpo.

O corajoso relato de Schreber, além de tocante, permite ao seu leitor observar como foram elaborados os principais dados lógicos que lhe permitiram encontrar sua estabilização.

Em diversos momentos, Schreber defende-se de qualquer tentativa de refutação do conhecimento expresso em seu texto. Não podemos nos esquecer que é

exatamente o seu texto com toda a riqueza de detalhes contida nele, que conduzem Schreber de volta às suas atividades. A leitura das memórias de Schreber então, nos leva a uma curiosa percepção: na medida em que sua internação avança, ele parecia sentir-se cada vez mais conhecedor de toda e qualquer verdade do mundo. No capítulo sugestivamente intitulado “Concepção egocêntrica dos raios com relação à minha pessoa”, ele afirma:

Quanto à incapacidade de Deus para compreender o homem vivo como organismo e particularmente para julgar corretamente sua capacidade de pensar tenho ainda de acrescentar um outro ponto, que em muitos aspectos se tornou importante para mim. Posso descrever brevemente esse ponto: *tudo o que acontece se refere a mim*. Ao escrever essa frase, estou plenamente consciente de que as pessoas logo pensarão em uma imaginação doentia da minha parte, pois sei bem que justamente a tendência a referir tudo o que acontece a si mesmo, relacionando-o com a própria pessoa, é um fenômeno que acontece com frequência em doentes mentais. Mas, na realidade, no meu caso, passa-se o contrário. Desde que Deus entrou em uma conexão nervosa exclusiva comigo, eu me tornei para Deus, num certo sentido, o homem, ou o único homem em torno do qual tudo gira, ao qual tudo deve se referir e que por isso, também do seu próprio ponto de vista, tem de referir a si mesmo todas as coisas”. (Schreber, 1903 p. 205)

O que nos interessa em seu texto é observar que ele se coloca como um verdadeiro cientista de si mesmo ao investigar suas descobertas e relatá-las. Não nos esqueçamos que estamos desde o início tentando marcar como encontramos na paranóia uma curiosa relação com o conhecimento. Na citação acima fica bem clara essa vinculação. Poderíamos apontar ainda outro trecho de suas memórias onde Schreber insiste num apelo para que se reconheça em seu relato um caráter de verdade:

Poder-se-ia talvez apenas duvidar de que eu *possa e queira* dizer a verdade, isto é, pensar que talvez eu tenha tendência a exagerar, ou sofra de certos auto-enganos. Contra isso posso afirmar por mim mesmo – pensem o que quiserem das minhas outras capacidades mentais – que, de qualquer modo, pretendo que sejam reconhecidas duas capacidades: por um lado, *o inquebrantável amor à verdade* e, por outro, *um dom de observação fora do comum* – e que a presença dessas duas qualidades não será posta em dúvida por ninguém que me tenha conhecido em tempos que eu gozava de boa saúde e que hoje poderá ser testemunha de toda a minha conduta (ibid, p.194).

A forma como descreve seus pensamentos permite a Freud tecer importantes considerações a respeito do mecanismo paranóico, retomando conceitos que já haviam sido descritos em outros trabalhos. Também observaremos a gênese de dois conceitos que só mais tarde serão formulados melhor: o narcisismo e o complexo de Édipo.⁹

⁹ Analisaremos essa questão detalhadamente no próximo capítulo desse trabalho.

O que Freud busca especificar como um mecanismo particular da paranóia localiza-se na tentativa de afastar a fantasia de desejo homossexual que termina produzindo delírios de perseguição.

A hipótese de uma defesa contra a homossexualidade será amplamente discutida por Freud no item III de seu artigo sobre o presidente Schreber. Irá defender que todos os casos que viu e atendeu de paranóia traziam uma defesa contra o desejo homossexual no centro do conflito paranóico.

Ele busca explicar sua teoria rememorando que seus estudos realizados nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) permitiram que ele observasse a existência de um estágio no desenvolvimento da libido situada entre o auto-erotismo e o amor objetal que ele nomeou como narcisismo. Talvez convenha observar que na ocasião da escrita do artigo sobre Schreber (1911) ele não havia ainda contemplado um texto exclusivamente sobre o narcisismo.

Percebemos que Freud relembra o artigo de 1905, pois está realizando uma investigação em torno da questão da homossexualidade de Schreber. Por isso, ele retoma brevemente a questão da escolha objetal, passando pela escolha de si mesmo como objeto amoroso (razão pela qual evoca o período do narcisismo) com o intuito de marcar os caminhos percorridos pela libido. Freud marca que existe um período em que se realiza a escolha objetal, mas mesmo que essa se incline para uma escolha pela heterossexualidade, a tendência homossexual acaba sendo desviada de seu objetivo para ser aplicada a uma nova utilização. Vejamos:

Combinam-se agora com partes dos instintos do ego e, como componentes 'ligados', ajudam a constituir os instintos sociais, contribuindo assim como um fator erótico para a amizade e a camaradagem, para o *esprit de corps* e o amor à humanidade em geral. (Freud, 1911,p.69)

É necessário assinalar que estamos percorrendo o terreno da fantasia e não, como poderia parecer, o campo da homossexualidade como escolha objetal. Freud explicará a defesa contra a homossexualidade de Schreber a partir do estudo da fixação da libido¹⁰. A razão de considerar a fixação importante observa-se, pois Freud defende que no caso da psicose essa fixação explicaria o desencadeamento de uma crise. Vejamos como:

As pessoas que não se libertaram completamente do estágio de narcisismo – que, equivale a dizer, têm nesse ponto uma **fixação** que pode operar como disposição para uma enfermidade posterior – acham-se expostas ao perigo de que alguma vaga de libido excepcionalmente intensa, não encontrando outro escoadouro, possa conduzir a

¹⁰ Lacan (1973 *apud* Quinet, 1996) atribui outra função a esta “homossexualidade” de Schreber, relacionando-a às noções de “fora do sexo” e de “empuxo à mulher”.

uma sexualização de seus instintos sociais e desfazer assim as sublimações que haviam alcançado o curso de seu desenvolvimento. Este resultado pode ser produzido por qualquer coisa que faça a libido fluir regressivamente (isto é, que causa uma **regressão**): quer por um lado, a libido se torne colateralmente reforçada, devido a algum desapontamento com uma mulher, ou seja, diretamente represada devido a um infortúnio nas relações sociais com outros homens, ambos os casos sendo exemplos de **frustração**... (Freud, 1911, p.69-70).¹¹

Buscamos grifar as palavras fixação, regressão e frustração, pois Freud utilizará essa tríade na tentativa de explicar a paranóia. A fixação da libido estaria localizada no narcisismo e a regressão se realizaria nesse ponto de fixação do narcisismo. A frustração segundo Freud causaria uma intensificação da libido que, sem encontrar um escoadouro, se manifestaria no desencadeamento da psicose.

Freud, então, afirma que:

Assumindo então o ponto de vista de que o que jaz no cerne do conflito, nos casos de paranóia entre indivíduos do sexo masculino, é uma fantasia de desejo homossexual de *amar um homem*, certamente não esqueceremos que a confirmação de hipótese tão importante só pode decorrer da investigação de um grande número de exemplos de toda espécie de distúrbio paranoide. Temos, portanto, de estar preparados, se preciso for, para limitar nossa assertiva a um único tipo de paranóia. Não obstante, constitui fato notável que as principais formas de paranóia, conhecidas podem ser todas representadas como contradições da proposição única 'eu (um homem) o amo (um homem)', e que na verdade exaurem todas as maneiras possíveis em que tais contradições poderiam ser formuladas. (ibid,p. 70-71)

A proposição de Freud demonstra ser muito útil ao lembrarmos de como Flechsig transforma-se ao longo da doença de Schreber. Na análise do caso, Freud mostra como Flechsig está sendo alvo de uma transferência dos sentimentos ambivalentes de Schreber. No delírio de perseguição há uma transformação da sentença *eu o amo* em *eu o odeio* seguida da projeção no outro *ele me odeia*. Freud, contudo, assinala que o mecanismo de projeção não é específico da paranóia e pode ser encontrado na neurose e na vida cotidiana.

Encontraremos também esse mecanismo de projeção no caso de Lacan que ainda apresentaremos, o caso Aimée. Contudo, há uma diferença fundamental entre Schreber e Aimée. Enquanto o primeiro elabora seu conteúdo persecutório com a escrita de suas memórias, a segunda necessita produzir um ato para expiar sua angústia.

Em ambos os casos observa-se que sempre há na paranóia um conhecimento em jogo: um conhecimento sobre o outro que lhe ama ou persegue, ou mesmo um entendimento único e completo sobre difíceis postulados. Mas a estreita relação entre paranóia e conhecimento não se esgota nesse ponto.

¹¹ Grifo nosso.

Convém ainda notar que para Lacan todo conhecimento é paranóico pela forma especular como o *eu* se organiza. É a partir do outro que o sujeito irá conhecer o mundo e perceber a realidade em que vive. Por essa razão, encontramos na paranóia um exemplo paradigmático para a equação em que se forma o conhecimento.

Assim, no capítulo que se segue nos dedicaremos ao *eu*, pois o conhecimento surge a partir do outro e o *eu* é formado nessa relação dual. Curiosamente, quando Freud nomeia a formação do *eu* como período do narcisismo, ele se remete ao mito de Narciso, personagem da mitologia que, ao apaixonar-se por sua própria imagem refletida na água julgando ser um outro indivíduo, se atira no rio em busca da imagem amada e morre. Este engodo presente nesse mito também se apresenta no que Freud denomina de escolha objetal narcísica. Além disso, apresenta-se nesse mito a necessidade do olhar do outro para constituição do sujeito, o que, conforme veremos, é um elemento importante para compreender a noção do conhecimento paranóico.

Capítulo 2

A Noção de Eu

Certa manhã, quando Gregor Samsa abriu os olhos, após um sono inquieto, viu-se transformado num monstruoso inseto. De costas ficou e ele as sentia duras como couraça. Ergueu levemente a cabeça e viu que o seu ventre estava grande, curvo, castanho e dividido por profundos sulcos. A colcha não se sustinha sobre o convexo abdômen e escorregava para o chão. As pernas não eram duas mas inúmeras, lamentavelmente finas e agitavam-se sem que pudesse contê-las.

“ - Que diabo terá me acontecido?” - perguntou-se. Pesadelo não seria.

(...)

“Que tal”, pensou, “ se eu dormisse mais um pouquinho e me esquecesse de todos esses absurdos?”

Franz Kafka

A metamorfose (1915, p.25).

Nesse capítulo desejamos nos deter um pouco mais sobre a relação que a instância do eu possui com o conhecimento. O fragmento de Kafka nos auxilia a pensar sobre essa questão. Se realizarmos um esforço para nos imaginarmos na situação descrita pela história, como seria, então, a nossa vida se diariamente fosse necessário realizar uma confirmação de que somos o que somos? Como podemos ter certeza de que o que conhecemos corresponde à verdade? Na história, Gregor Samsa se detém um bom tempo questionando-se sobre a estranheza do ocorrido e tentando reconhecer a si mesmo como aquele que havia deitado para dormir na véspera.

O conto de Kafka avança sobre um terreno de completo estranhamento de si e posteriormente de perplexidade em relação ao seu semelhante, que o rejeita e o afasta. Mas o que seria responsável por esse reconhecimento?

A instância idealizada por Freud que realizará esse processo recebe o nome de *eu*. O conhecimento que temos de nós mesmos é determinado por essa instância psíquica, por isso, necessitamos nos dedicar a ela.

Estamos realizando este percurso para compreensão da proposição de que todo conhecimento seja paranóico. Para que seja possível avançarmos em nossa

pesquisa, necessitamos compreender os motivos pelos quais o conhecimento depende do *eu*.

2.1 – Os caminhos da formação do eu e o narcisismo

O conceito de *eu*, antes da formalização do conceito de narcisismo em 1914, ainda não havia sido desenvolvido de forma mais sistemática. Até então, em muitos momentos, os termos “eu”, “consciência” e “personalidade” eram colocados como se fossem equivalentes¹, o que só após o artigo sobre o narcisismo e mais ainda com a elaboração da segunda tópica foi melhor esclarecido².

Se, como já dissemos, o conhecimento está ligado à consciência e sabemos que o *eu* é, fundamentalmente, a sede da consciência, então é preciso compreender como ocorre a fundação do *eu*.

O artigo sobre o narcisismo se inicia com a observação de que tal termo já vinha sendo usado para designar a atitude em que uma pessoa tratava a si mesma como objeto sexual. Contudo, Freud constatou alguns aspectos desse comportamento narcísico em outras perturbações. Este fato o conduz a se questionar se a libido voltada para o *eu* (que nesse momento, ele designa de narcisismo, como termos sinônimos) não estaria presente no desenvolvimento normal do ser humano. A idéia de um amor endereçado ao eu em detrimento dos objetos foi reforçada pelo estudo das psicoses, sob a ótica da libido, uma vez que seus enfermos apresentavam duas características fundamentais: o delírio de grandeza (ou megalomania) e a falta de interesse pelo mundo externo³.

A partir da psicose veremos o empenho de Freud para realizar uma primeira diferenciação entre um narcisismo inaugural (primário) de um narcisismo secundário. O que seria isso? Por narcisismo primário, Freud designou um estado em que haveria um investimento libidinal no *eu*. Por narcisismo secundário, ele postulou o retorno ao *eu* de investimentos anteriormente dirigidos aos objetos. Ele observou esse fenômeno, sobretudo, no caso da megalomania.

Um outro exemplo dado por Freud acerca do direcionamento da libido dos objetos em direção ao *eu* proveio de suas observações sobre povos primitivos. Alguns

¹ Encontramos a esse respeito um comentário no dicionário de psicanálise de Roudinesco e Plon (1998, p.141) no tópico que estuda a defesa.

² Será no próximo subitem que iremos desenvolver as questões ligadas à segunda tópica.

³ Estudamos essa questão no capítulo anterior, no tópico que falava de Freud e das psicoses.

elementos relacionados a esses povos, se tomados isoladamente, se assemelhariam a delírios de grandeza (investimento libidinal no *eu*). Observou ser freqüente uma:

(...) superestima do poder de seus desejos e atos mentais, a 'onipotência de pensamentos', uma crença na força taumatúrgica das palavras, e uma técnica para lidar com o mundo externo — 'mágica' — que parece ser uma aplicação lógica dessas premissas grandiosas (Freud, 1914, p. 83).

A partir desse comentário poderíamos indicar que o *eu* pode ser considerado uma unidade que permite o acesso ao conhecimento, principalmente pelo modo como ele é constituído.

Se em um primeiro momento ainda não há um *eu* formado, pois há o predomínio do auto-erotismo, como será a operação pela qual ocorre a fundação do *eu*? Freud postula que inicialmente não haveria no aparelho psíquico uma instância constituída como um *eu*. Ele afirma que:

(...) posso ressaltar que estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo — uma nova ação psíquica — a fim de provocar o narcisismo. (Freud, 1914, p.84).

Essa nova ação, necessária ao narcisismo, seria o nascimento do *eu*. O que seria essa nova ação psíquica de que Freud fala aqui?

Essa nova ação psíquica é o que permite a saída da criança da fase denominada auto-erotismo, onde esta é dominada por pulsões sexuais que se satisfazem em fragmentos de seu próprio corpo, não tomado ainda como uma unidade. Nenhuma relação com objeto existe nesta fase, pois como não existe ainda o *eu*, enquanto unidade imaginária corporal, não são possíveis relações com objetos. Como já se assinala desde de 1905 em "Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade", o investimento objetal somente é possível quando essas pulsões sexuais parciais se unificam sob o primado da genitalidade. Para que estas se unifiquem um processo é realizado, denominado como narcisismo. Este processo, amplamente desenvolvido por Freud em 1914, é inteiramente efetuado a partir do investimento libidinal do outro, sobretudo, dos cuidadores da criança.

O bebê, ao receber destes um investimento libidinal, torna-se aos poucos capaz de executar a ação específica, que depende do outro, necessária à satisfação de suas necessidades primárias, fazendo-o abandonar as satisfações características do auto-erotismo. A dependência inicial do bebê já havia sido explicitada no *Projeto*

para uma *psicologia científica* (1895), onde Freud observa a posição desvantajosa em que se encontra o ser humano, o desamparo:

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais. (Freud, 1895, p.370).

Deste modo, a formação do *eu* reside invariavelmente nos investimentos vindos do mundo externo, através do outro.

Voltando ao texto de 1914, inicialmente Freud apresenta a célebre fórmula de “Sua majestade o bebê” para assinalar que o bebê recebe investimentos de pais amorosos num resgate de seus próprios narcisismos. Nesta etapa, a criança vive o que ele denomina de “eu ideal”, um eu que é amado por seus pais incondicionalmente. Por outro lado, os pais também revivem seus narcisismos, visando resgatar essa fase inicial de suas vidas. Por isso, Freud qualifica esse momento até de infantil, da parte dos pais. Trata-se de um narcisismo renascido dos pais. Em seguida ele vai diferenciar o que acontece ao bebê a partir ou após o momento de sua majestade o bebê, pois os ditames da realidade passam impor-se à criança.

Ao observar adultos, nota que os antigos anseios de grandeza infantis diminuem, o que faz Freud questionar o que foi feito da libido do *eu*. Ele vai mostrar que o sujeito elege um ideal, um ideal do *eu*, a partir do qual mede o seu próprio *eu*. A formação do ideal por parte do *eu* visa resgatar o amor verdadeiro que já foi desfrutado pelo *eu* na infância, sendo este o destino da libido do *eu* inicialmente concentrada no “eu ideal”. Esse segundo tempo seria a formação do “ideal de eu”, conceito que, posteriormente, será cunhado de supereu. Com isso, observa-se que a formação do *eu* a partir do narcisismo se constitui atravessado por diversos avatares.

Este processo de formação do *eu*, denominado narcisismo, pode ser observado em outros fenômenos da vida psíquica, por meio de “reedições” desta fase em que o *eu* é investido libidinalmente. O narcisismo secundário e o retorno da libido anteriormente investida em objetos ao *eu* permitem uma espécie de “reaparecimento” desta fase em etapas posteriores da vida do sujeito.

Por isso, no texto sobre o narcisismo Freud se remete bastante às psicoses. Tanto quanto retoma a discussão com Jung a respeito de sua conceituação da libido, sobretudo descrita no artigo sobre o caso Schreber, quanto no que diz respeito ao estudo dos sintomas psicóticos, caracterizados por um retorno ao *eu* dos

investimentos anteriormente realizados nos objetos. Para Freud o estudo das psicoses consistiria na principal via de acesso para o estudo do narcisismo, pois se trata de um meio de penetrar a psicologia do eu.

Os outros exemplos de retorno dos investimentos ao *eu* dados por Freud são a dor de dente, a escolha objetal narcísica, o estado de sono, quando a pessoa nada mais desejaria que dormir, bem como a hipocondria e a melancolia (Freud, 1914).

Interessante para nosso estudo é a observação feita por Freud a respeito do enamoramento a partir da escolha narcísica de objeto, que ele também usa ao estudar o caso Schreber. Freud observa que as pessoas realizavam escolhas a partir de uma identificação por apoio, suas pesquisas revelaram outro tipo de escolha, que ele não esperava encontrar, a narcísica:

Descobrimos, de modo especialmente claro, em pessoas cujo desenvolvimento libidinal sofreu alguma perturbação, tais como pervertidos e homossexuais, que em sua escolha ulterior dos objetos amorosos elas adotaram como modelo não sua mãe mas seus próprios eus. Procuram inequivocamente a si mesmas como um objeto amoroso, e exibem um tipo de escolha objetal que deve ser denominado 'narcisista' (Freud, 1914, p.94)

Freud explica que com suas afirmações ele deseja demonstrar que em todo ser humano há um narcisismo primário, que, eventualmente, pode manifestar-se em suas escolhas objetais. Ele resolve fazer um pequeno resumo para demonstrar as possibilidades de acesso ao amor. No primeiro caso, a criança escolheria pessoas ligadas aos seus cuidados e proteção (tipo apoio), e no segundo tomaria a si mesma como objeto de amor (tipo narcísico).

Segundo o tipo narcísico, portanto, uma pessoa ama:

1. O que se é (a si mesmo)
2. O que se foi
3. O que se queria ser
4. uma pessoa que fez parte de nosso passado

Já segundo o tipo apoio:

1. A mulher que a alimenta
2. O homem que a protege

De qualquer forma, sabemos que os diferentes modos de um investimento libidinal que se volta para alguém do mesmo sexo foram entendidos como definições de homossexualismo por Freud, mas estas definições se revelam insuficientes.

Muito embora a noção de identificação somente seja mais explicitada por Freud posteriormente, a função do ideal do eu já era assinalada desde 1914, apresentando-se tanto constituição do *eu* quanto da escolha objetal segundo o tipo de apoio ou anaclítica.

Mas de um modo geral, pode-se afirmar que a identificação na obra de Freud assumiu aos poucos um importante papel, consistindo na operação pela qual o sujeito, ao assimilar um aspecto ou atributo de outro, se constitui. Os efeitos do complexo de Édipo durante este processo são importantes para a sua compreensão, pois a identificação possui um caráter ambivalente, uma vez que impulsos carinhosos e hostis, oriundos do Complexo de Édipo, coexistem frente ao mesmo objeto. O menino se identifica com o pai, o toma como ideal, mas também desenvolve um investimento verdadeiro em relação à mãe. Com o declínio do Complexo, o investimento objetal é abandonado. Em seu lugar, ou ele se identifica com a mãe, ou intensifica sua identificação com o pai. Freud postula que a disposição sexual feminina ou masculina é o que determina em ambos os sexos se o desfecho do Édipo será uma identificação com a mãe ou com o pai. Esta ambivalência sofre a influência ainda do caráter originalmente bissexual da criança, demonstrada pela sua relação com os pais.

A partir da identificação a um outro e conseqüente elaboração do complexo de Édipo, bem como dos ideais dos pais que posteriormente se transformam nas leis e regras da sociedade, o sujeito dependerá integralmente daqueles que dele cuidam para estabelecer uma relação com o conhecimento do mundo. Esse ideal do eu, que, posteriormente, será conceituado por Freud como supereu, abarcará também o que normalmente chamamos de consciência moral, muito bem observada nos delírios da paranóia.

Para Freud, a paranóia é um bom exemplo de descrição para todos os casos universais dessa instância psíquica. Vejamos o que ele diz a partir da descrição do ideal de eu:

Não nos surpreenderíamos se encontrássemos um agente psíquico especial que realizasse a tarefa de assegurar a satisfação narcisista proveniente do ideal do ego, e que, com essa finalidade em vista, observasse constantemente o ego real, medindo-o por aquele ideal. Admitindo-se que esse agente de fato exista, de forma alguma seria possível chegar a ele como se fosse uma descoberta — podemos tão-somente reconhecê-lo, pois podemos supor que aquilo que chamamos de nossa 'consciência' possui as características exigidas. O reconhecimento desse agente nos permite compreender os chamados 'delírios de sermos notados' ou, mais corretamente, de sermos vigiados, que constituem sintomas tão marcantes nas doenças paranóides, podendo também ocorrer como uma forma isolada de doença, ou intercalados numa neurose de transferência. Pacientes desse tipo queixam-se de que todos os seus pensamentos são conhecidos e suas ações vigiadas e supervisionadas; eles são informados sobre o funcionamento desse agente por vozes que caracteristicamente lhes falam na terceira pessoa (...) (Freud, 1914, p.102).

O supereu indica que essa instância contribui para que o sujeito na paranóia projete no outro o que inicialmente seriam auto-recriminações:

As queixas feitas pelos paranóicos também revelam que, no fundo, a autocrítica da consciência coincide com a auto-observação na qual ela se baseia. Assim, a atividade da mente que assumiu a função da consciência também se coloca a serviço da pesquisa interna, que proporciona à filosofia o material para as suas operações intelectuais. Isso pode ter certa relação com a tendência, característica dos paranóicos, de formar sistemas especulativos. (Freud, 1914, p.103).

Deste modo, vimos como a constituição do eu relaciona-se com a noção de conhecimento, sobretudo pela função da auto-referência, presente em todos por meio do ideal e de forma mais particular na paranóia. Essa função do eu relacionada ao ideal do eu é mais desenvolvida a partir de 1920, com a formulação da segunda tópica freudiana, que trará para cena a noção de supereu.

2.2.– O eu e seus senhores

Acabamos de ver que o *eu* não está dado desde o início na existência humana, bem como observamos que ele se constitui por meio de diversos investimentos externos. O *eu*, portanto, é uma instância complexa. Segundo Freud: “Formamos a idéia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu ego” (Freud, 1923, p.30).

O *eu* não existe desde o início, por isso, após a sua completa formação, ele adquire várias funções, sendo que além de possuir uma parte consciente, possui outra inconsciente. A parte consciente do *eu* permite que o sujeito se relacione com os objetos externos por meio da percepção, realizando as operações de conhecimento. Se a parte consciente do *eu* é a que sustenta essa atividade consciente do *eu* de apreensão da realidade, qual seria a atividade de sua parte inconsciente?

Assim, o *eu* não é um elemento qualquer na vida psíquica de um indivíduo, por estar ligado à supervisão dos processos que ocorrem em uma pessoa e ao controle da censura que provoca posteriormente o recalque. A ligação que o *eu* possui com o recalque permite a Freud concluir que essa instância também possui uma de suas partes ligadas ao inconsciente. Essa suposição baseia-se na resistência que o *eu* produz ao se aproximar de conteúdos psíquicos que estariam recalcados, revelando um funcionamento análogo ao próprio recalque. Por essa razão, além do conteúdo consciente o *eu* também possui essa parte inconsciente.

Por outro lado, a parte consciente do *eu* consiste na apreensão dos eventos externos, ou seja, no conhecimento do mundo externo. O que encontramos a seguir, em “O Ego e o id” (1923), parece elucidar satisfatoriamente o objeto de nosso estudo:

Ora, todo o nosso conhecimento está invariavelmente ligado à consciência. Só podemos vir a conhecer, mesmo o inconsciente, tornando-o consciente. (Freud, 1923, p.33).

Freud ressalta que a superfície do aparelho psíquico é a consciência, sendo inclusive responsável pelos contatos com o mundo externo. Nota-se que o *eu*, então, além de permitir o acesso à consciência de conteúdos recalçados, relaciona-se com o mundo externo pela produção de um conhecimento que ocorre através da percepção.

Por essa razão escolhemos na introdução desse capítulo, a guisa de ilustração, o trecho do conto de Kafka a fim de ressaltar que apesar de o *eu* funcionar como uma forma, inclusive a única, de criar uma unidade corporal e de si mesmo, permitindo-o apreender a realidade, ainda assim, essa função egóica pode ser abalada, o que denuncia seu caráter imaginário. Quando Gregor Samsa acorda na forma de inseto, todo o conhecimento de si construído ao longo de sua história cai por terra. A sensação de perplexidade experimentada leva um bom tempo para ser assimilada por ele, pois é o seu próprio *eu* que é atingido. Vejamos o exemplo a seguir:

Gregor ficou horrorizado ao ouvir a própria resposta. Que era a sua voz, era. Saía, porém, misturada com um doloroso e incontinente assobio, muito fino, fazendo com que as palavras, a princípio claras, perdessem a clareza, tornassem confusas a ponto de duvidar que pudessem ter sido entendidas. (Kafka, 1915, p. 30-31)

A cena descrita acima nos remete ao estudo realizado por Freud sobre as psicoses, que como foi ressaltado no artigo sobre o narcisismo, pode apresentar situações em que a percepção de si e do mundo, pois esta depende daquela, fique alterada. Como então explicar o que ocorre com Gregor Samsa? Se os pensamentos provêm do *eu*, como é possível experimentá-los como estranhos?

Temos outro exemplo, com o caso Schreber, quando ele afirma ser “mulher de Deus”, pois ao afirmar isso, ele realmente vivencia o seu corpo como feminino, o que denota uma alteração perceptiva. Portanto, vê-se que o *eu*, ao receber as percepções, dá também um sentido a elas, o que caracteriza a atividade do conhecimento. Nesses casos, observamos que o ato de dar sentido às percepções, ou seja, de conhecê-las pode vir a ocasionar um estranhamento, revelando que o conhecimento não corresponde diretamente a uma realidade independente dele.

Os fenômenos psicóticos revelariam assim de forma mais explícita este caráter auto-referente do conhecimento. Em outras palavras, nos delírios psicóticos evidenciase que apreendemos a realidade a partir de nosso *eu*. Como essa unidade não é dada desde sempre, mas é constituída na relação com o outro, ela, por sua vez, pode modificar-se, abalar-se, causando certo estranhamento. Por isso também, a psicose parece mostrar que o eu é, como postula Lacan, constituído pelo outro, pois as experiências de estranhamento revelam que seus pensamentos não são inteiramente seus, confundindo-se com os do outro.

Tais fenômenos típicos da paranóia revelam características do aparelho psíquico formuladas por Freud na segunda tópica. A partir desse momento em sua obra, Freud explicita uma instância no próprio *eu* que dele se difere, como se lhe fosse exterior; tal instância é denominada supereu. Tal instância visa resguardar os valores éticos a fim de proteger o indivíduo da ameaça de perda de amor do outro, do desamparo. Uma das funções do supereu é a consciência moral, que visa vigiar a obediência às normas ditadas pelo supereu. Por isso a paranóia oferece bons exemplos desta função psíquica presente em todos, seja nos delírios persecutórios, seja nas alucinações auditivas de injúria. Se na neurose, as reprimendas superegóicas manifestam-se na própria subjetividade, assinalando a divisão subjetiva, na psicose, elas são projetadas e atribuídas a uma outra pessoa, como no célebre caso de Lacan da mulher que ao se sentir uma porca porque vem do salsicheiro alucina a injúria porca⁴. Mais uma vez, vemos um fenômeno da paranóia demonstrar que por um lado, apreendemos a realidade por meio de uma auto-referência, por outro, essa própria auto-referência depende do outro, uma vez que o *eu* é constituído pelo outro.

O supereu enquanto uma diferenciação do *eu* seria assim aquela parte do *eu* que mais revelaria que este é constituído pelo outro, sendo, por isso, considerado por Freud como o herdeiro do complexo de Édipo, uma vez que se forma pela internalização dos interditos parentais. O resultado da fase dominada pelo Édipo é a formação desse precipitado no *eu* que só se estabelece em substituição aos vínculos sexuais ambivalentes que fixavam a criança aos dois aspectos do complexo. Por meio do supereu, se inscrevem na psique do sujeito as marcas de suas relações objetais. O supereu da criança se constrói a partir da identificação parental e por isso, a interiorização da autoridade parental lhe confere um papel interditor.

Ora, sabemos que na paranóia as recriminações e interditos são projetados no outro, de tal modo que o sujeito relaciona-se com o mundo externo por meio da auto-referência, ainda que o *eu* seja constituído pelo outro.

⁴ Este caso apresenta-se no Seminário 3 – As psicoses; (Lacan, 1955-56/2002, p.59-65).

Esta função superegóica no próprio *eu* é um dos motivos pelos quais Freud conclui que o *eu* está submetido a mais de um senhor. Primeiramente, o *eu* se desdobra em supereu, tendo que se submeter aos seus imperativos. Por outro lado, ele tem de obedecer também à realidade externa, pois a dominância do princípio da realidade – princípio que visa postergar a descarga psíquica de modo adequá-la às exigências do mundo externo (Freud, 1911) – caracteriza uma das funções do *eu*. Além disso, o próprio *eu* seria o resultado de uma diferenciação ocorrida na superfície do *isso*, instância onde se localizam as pulsões, estando também a ele submetido. O próprio fato de o *eu* ser formado por meio de um investimento libidinal denota ser ele constituído também pela pulsão. É justamente pelo fato de o *eu* ser uma superfície do *isso*, que Freud conclui que o *eu* possui também uma parte inconsciente. Justamente por possuir uma parte inconsciente encontramos as resistências no próprio *eu*, assinalando, ao mesmo tempo, a satisfação pulsional envolvida no sintoma, bem como a necessidade de manter tal satisfação inconsciente para o *eu*.

Do mesmo modo o mecanismo da projeção é também inconsciente, caracterizando um tipo de defesa psíquica, próprio da paranóia, mas que parece ser comum na constituição de todo sujeito em virtude do processo de formação do *eu*. Veremos agora como o *eu* se constitui nesse processo dual imaginário que tão bem se manifesta na paranóia.

2.3 Lacan e o estágio do espelho

*Eu não sou eu nem sou o outro, Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio. Que vai de mim para o outro.*
Mario de Sá-Carneiro, 1914.

Lacan nos apresenta, no texto “O estágio do espelho como formador da função do eu” (1949), a sistematização da hipótese freudiana apresentada em “Introdução ao Narcisismo” (1914). De um modo geral, Lacan explicita, por meio da análise do experimento de Wallon sobre o auto-reconhecimento da criança no espelho, como o *eu* surge a partir do outro, conforme Freud já assinalara no processo de narcisismo primário.

O psicólogo Henri Wallon observa que a criança somente gradualmente, por volta dos seis meses, torna-se capaz de reconhecer sua imagem no espelho. Tal fato é entendido por ele como a evidência de que a criança adquire consciência de seu próprio corpo e de suas funções corporais ao mesmo tempo em que toma consciência do meio ambiente e de seu meio externo como algo diferente de si mesmo. Assim, para alguém se identificar como um *eu* autônomo e coerente deve-se,

simultaneamente, distinguir-se dos objetos externos. A imagem da criança no espelho representa um paradoxo porque ao mesmo tempo em que está intimamente atrelada a sua experiência de si mesma está também situada como externa a ela.

O que Lacan tomou desse experimento de psicologia foi a importância do papel da especularização na construção do *eu* e da auto-consciência, bem como o fascínio experimentada pela criança diante de sua própria imagem. Levando em consideração estes dois pontos assinalados no experimento, Lacan formula o estágio do espelho.

Dito de outro modo, neste período, que Lacan considera como uma dramatização de como se estrutura o *eu* e se conquista uma unidade antes que uma fase desenvolvimentista, o sujeito começa a reconhecer sua imagem no espelho – que não precisa ser necessariamente um espelho, mas qualquer superfície refletora, como o rosto da mãe – experimentando um certo prazer nesse reconhecimento, um certo júbilo. Por meio deste reconhecimento da imagem no espelho como sua, a criança tenta, gradualmente, controlar e brincar com seus movimentos corporais, muito embora inicialmente possa confundir sua imagem com a realidade. A medida em que reconhece sua imagem dá a seu corpo uma forma total, formando uma imagem corporal unificada.

A imagem no espelho antecipa o domínio do corpo próprio da criança e permanece em contraste com o sentimento de fragmentação das experiências infantis do auto-erotismo, de um corpo fragmentado, antes que unificado. A criança identifica-se com a imagem no espelho. A imagem é ela. Essa identificação é crucial porque sem ela a criança jamais poderia perceber-se como um ser completo ou total. Contudo, a imagem é alienante, uma vez que a criança se confunde com sua imagem. Assim, o *eu* se constitui ao preço de ser um outro, que revela o quanto o sujeito se constitui a partir do outro. Aqui vemos Lacan corroborando o que já tínhamos observado no texto freudiano:

...o que a análise nos ensina, por outro lado, é que o eu é uma forma absolutamente fundamental para a constituição dos objetos. Em particular é sob a forma do outro especular que ele vê aquele que, por razões que são estruturais chamamos de seu semelhante. Esta forma do outro tem a mais estreita relação com seu eu, ela lhe pode ser superposta, e nós a escrevemos a´. (Lacan, 1954-1955, pág 307).

Para Lacan, o *eu* emerge nesse momento de alienação e fascínio com sua própria imagem, sendo, portanto, efeito de imagens, ou seja, possuindo uma função imaginária. Por isso, Lacan insiste que ele é baseado em uma imagem de completude e domínio, tendo como função manter o que temos de coerência e domínio. Deste modo, a função do *eu* é aquela do *desconhecimento*; de ignorar a fragmentação e a alienação.

Da superposição entre sua inicial imagem e a do semelhante Lacan extrai a idéia de que se introduz no sujeito uma rivalidade, responsável por sua quota de agressividade. E da alienação no outro Lacan destaca que a formação do *eu* depende do olhar do outro. Esse outro é ao mesmo tempo o garantidor da existência do *eu* e o seu pior rival, apontando a ambivalência típica do eixo imaginário tão bem revelada nos fenômenos da paranóia.

A relação alienante à imagem do outro implica numa relação de alienação do sujeito ao desejo do outro, que será fonte de impulsos agressivos ligados à tentativa de destruição desse outro, de seu desejo, no intuito de sustentação do próprio desejo do sujeito. É essa dialética que mantém, segundo Lacan, a relação imaginária nos liames da agressividade. Somente através da intermediação da função simbólica, vem se apaziguar, através do amor, a destrutividade imanente da relação especular.

Essa forma primordial, designada por Lacan como o *eu ideal* freudiano, é a origem também das identificações secundárias, relacionadas ao *ideal do eu* – ao qual atribui as funções de normalização libidinal, pois é a partir daí que se podem efetuar escolhas objetais. Essa forma ideal (*eu ideal*), que situa a instância do eu do sujeito, possibilitando sua permanência, também será responsável pela sua alienação numa imagem para sempre discordante de sua realidade de sujeito; congelando-o, unindo-o ao duplo autômato através do qual se projeta e se define.

Essa gênese da formação do *eu* deixa sua marca no sujeito, imprimindo à consciência o caráter imaginário. Por isso, Lacan afirma no Seminário 2 que:

O conhecimento humano, e da mesma feita a esfera das relações da consciência, é constituído por uma certa relação a esta estrutura que chamamos de ego, em torno da qual centra-se a relação imaginária. Esta última ensinou-nos que o ego nunca é apenas o sujeito, que ele é essencialmente relação ao outro, que ele toma seu ponto de partida e de apoio no outro. É a partir deste ego que todos os objetos são olhados (Lacan, 1954-55, p. 224)

São tais considerações que permitem a Lacan concluir que todo conhecimento é paranóico, dada a sua dependência do eu, que o caracteriza como imaginário e auto-referente. Para ilustrar a dimensão especular da paranóia, apresentaremos o caso Aimée.

2.4 Lacan e o caso Aimée

O caso de Marguerite Pantaine, que ficou conhecida no campo psicanalítico a partir de Lacan como Aimée, foi escrito por ocasião de seu encontro com o mesmo no hospital Sainte-Anne. A internação da paciente fora motivada pelo ataque à atriz

Huguette ex-Duflos, por quem alegava sentir-se perseguida. Seu atendimento com Lacan ocorreu por aproximadamente um ano e meio, quase cotidianamente (Lacan, 1932, p. 150).

Lacan inicia a descrição do caso a partir da reprodução do ato de Aimée. Examinemos como ocorreu:

No dia 10 de abril de 193.., às oito horas da noite, a Sra. Z., uma das atrizes mais apreciadas pelo público parisiense, chegava ao teatro onde se apresentaria. Foi abordada, na porta de entrada dos artistas, por uma desconhecida que lhe fez esta pergunta: “A senhora é que é a Sra. Z.?” A interrogante estava vestida corretamente com um casaco com golas e punhos debruados de pele, usava luvas e levava uma bolsa; nada, no tom da pergunta, suscitou a desconfiança da atriz. Habituada às homenagens de um público ávido de se aproximar de seus ídolos, ela respondeu afirmativamente e, com pressa de terminar, quis passar. A desconhecida então, diz a atriz, mudou de feição, tirou rapidamente de sua bolsa uma faca e, com o olhar injetado de ódio, investiu seu braço contra ela. Para aparar o golpe, a Sra. Z. agarrou a lâmina diretamente com a mão e seccionou assim dois tendões fletores dos dedos. Já os presentes haviam dominado a autora da agressão. (ibid, p. 149).

Mas afinal, quem é essa mulher que avança sobre a atriz de forma tão inesperada e impetuosa? Quando Lacan a conhece ela já está em sua segunda crise psicótica e possui 38 anos. Antes do atentado trabalhava como funcionária na administração da companhia ferroviária, sendo casada com um funcionário da mesma empresa. Ambos tinham um filho, que na ocasião da crise residia com o pai numa cidade do interior.

Observemos, pois, um pouco da história da paciente e alguns momentos importantes que antecederam o encontro com Huguette.

Aos vinte e oito anos os distúrbios de Aimée tiveram início. Nessa ocasião já estava casada há quatro anos e grávida de seu primeiro filho. A partir da gestação passou a sentir que seus colegas falavam ao seu respeito, bem como lhe criticavam. Também acreditava que as pessoas na rua sussurravam e lhe desprezavam, além de reconhecer nos jornais notícias depreciativas ao seu respeito. Começa, então, a se questionar sobre o motivo de tamanha perseguição concluindo, por fim: “Eles querem a morte de meu filho. Se esta criança não viver, eles serão responsáveis” (ibid, p. 156).

Infelizmente, Aimée dá à luz a uma criança morta, do sexo feminino. Ela inicialmente atribui o fato aos seus “inimigos” mas passa num segundo momento, a atribuir a responsabilidade do fato a uma mulher que foi por três anos a sua melhor amiga, já que esta havia ligado pouco depois do parto com o intuito de saber notícias.

Ao engravidar novamente, Aimée volta a apresentar um estado depressivo, ansioso e repleto de interpretações. Esse filho será o pivô em torno do qual o delírio de Aimée vai se construir. Após o seu nascimento busca cuidar do filho visando

protegê-lo de qualquer um que possa apresentar-se como perseguidor. Constrói uma certeza delirante de que seu filho está sofrendo ameaça de vida e de que algo de muito ruim vai acontecer com ele. Por isso, apresenta-se desconfiada, hostil a todos, chegando inclusive a brigar com quem se aproxima demais do carrinho de bebê.

Seu marido recebe a informação de que Aimée havia pedido demissão concomitantemente ao pedido de um passaporte para os Estados Unidos em busca de sucesso como escritora. Para realizar essa empreitada, ela confessa que pensava em abandonar o filho. Por conta dessa situação, sofre uma primeira internação de seis meses de duração, que vem a ser interpretada por ela como um complô de sua família para a manter presa e arrancar-lhe o filho.

Ao receber alta da clínica retoma os cuidados com seu filho, Lacan observa que ela estava um pouco melhor, mas não curada. Ao ser reintegrada ao trabalho solicita sua transferência para Paris, sendo atendida. As visitas regulares ao filho vão se espaçando e Aimée começa a se isolar cada vez mais e pouco a pouco sua ansiedade tende a aumentar.

Alguns anos se passam entre os episódios descritos acima e o ataque a Huguette. Nesse período, Aimée continua com a certeza de que querem mal a seu filho. Surge ainda seu primeiro perseguidor, o escritor Pierre Benoit, que havia inclusive escrito um roteiro de um filme no qual Huguette participara como atriz. Aimée era uma leitora assídua de Benoit e se reconhecia como a heroína de seus romances. No ano de 1926 ela se apresenta a Pierre Benoit, que por sua vez lhe oferece um passeio de carro. Aimée aceita a carona, mas durante o percurso o acusa de falar mal dela escutando dele que era uma mulher misteriosa e impertinente. Para Aimée, o escritor estaria se utilizando de dados de sua vida pessoal, como também estaria plagiando os seus próprios textos. Inicialmente sua relação delirante com Benoit parecia ser de natureza erotomaníaca, pois, em sua opinião deixava claro com a escrita que amava Aimée. Contudo a relação foi adquirindo um sentido de despeito pelo escritor.

Lacan também ressalta que ela chamara a atenção da polícia pelo menos duas vezes, datada de cinco anos depois da internação descrita acima e um ano e meio antes do atentado. Aimée assediava um jornalista comunista com o intuito de publicar artigos com suas queixas contra a escritora Colette e outros inimigos. Esse episódio causa a visita de um inspetor de polícia que a intimida. Nota-se até o momento que Aimée elege uma série de perseguidores além de Huguette. Além dos já citados ela também se queixava da atriz Sarah Bernhardt.

Cinco meses antes do atentado contra Huguette, Aimée agride uma funcionária de uma editora, que havia lhe transmitido a recusa de publicação de seu livro. Pouco

antes desse ato havia registrado na polícia uma queixa contra Benoit. A agressão foi tão violenta que Aimée foi obrigada a pagar uma multa no valor de 375 francos. Contudo, Aimée se livra do processo que lhe é imputado. Lacan assinala que talvez uma internação tivesse tido efeitos mais benéficos. As ameaças contra seu filho aumentam em seu delírio: “Eu temia muito pela vida de meu filho, se não lhe acontecesse mal agora, aconteceria mais tarde e por minha causa eu seria uma mãe criminosa” (p. 160).

Os elementos que confirmavam a certeza de que algo de muito ruim aconteceria ao seu filho “confirmam-se” ao ler no jornal que iriam matar seu filho, pois era uma “mãe caluniadora e vil” e a morte seria uma forma de se vingarem dela. (idem)

Tudo parece assinalar uma natureza crescente em seu delírio e conseqüentemente no aumento da agressividade. Aimée, por exemplo, pede ao seu senhorio, oito meses antes do atentado, um revólver emprestado. Como recebe uma resposta negativa, solicita, então uma bengala para amedrontar aqueles que zombam dela.

Com um sofrimento cada vez maior, Aimée adquire uma grande faca de caça um mês antes do atentado. Ocasão em que Huguette já fazia parte de seu conteúdo delirante. De que forma a atriz passou a fazer parte de seu delírio? Vejamos como Lacan descreve sua organização delirante:

A Sra. Z., sua vítima, havia ameaçado a vida de seu filho. A questão que lhe foi colocada uma centena de vezes era de saber como tinha chegado a esta crença. É patente o fato de que a doente não teve, antes de seu ato, nenhuma relação direta ou indireta com a atriz. ‘Um dia, diz ela, como eu trabalhava no escritório, enquanto procurava, como sempre, em mim mesma, de onde podiam vir essas ameaças contra meu filho, escutei meus colegas falarem da Sra. Z. Compreendi então que era ela quem nos queria mal (p. 159).

Vimos que vários perseguidores ocuparam terreno em seu delírio. Por que então, justo Huguette seria a escolhida para sofrer o atentado? Poderíamos nos adiantar um pouco se lembrarmos que Aimée havia realizado algumas tentativas de ataque a seus outros perseguidores.

Há um fato, porém, que pretendemos destacar em primeiro lugar. Embora a essência de seu delírio estivesse desde o início baseada na ameaça ao filho, no período em que residiu em Paris viu pouco a criança, pois também estava ocupada em se lançar como escritora. Entretanto, nos meses que antecederam ao ato, a idéia de que seu filho estivesse ameaçado cresceu. Voltou a desejar sair do país com o filho e

se divorciar, passando a visitar seu filho cotidianamente. O temor de que algo aconteceria à criança tornou-se cada vez mais intenso. Lacan observa que “ela forja para si verdadeiros raciocínios passionais” (p. 169). Seu pensamento em relação a Huguette é descrito pela própria Aimée: “que pensará ela de mim, se eu não me mostro para defender meu filho? Que eu sou uma mãe covarde” (ibid, ibidem).

Essa associação de idéias lhe pareceu absolutamente verdadeira, chegando a ponto de ser determinante para o atentado que Aimée comete contra a atriz. Vejamos a observação de Lacan.

Uma hora depois, compelida por sua obsessão delirante, ela está na porta do teatro e ataca sua vítima. ‘No estado em que me encontrava então, disse muitas vezes a doente, eu teria atacado qualquer um dos meus perseguidores, se eu os pudesse atingir ou me encontrasse com eles por acaso’. Com freqüência, estremecendo até, ela insistirá, diante de nós, na idéia de que teria sido capaz de atentar contra a vida de qualquer um desses inocentes.(ibid, ibidem).

Embora o seu ato estivesse dirigido à atriz, nos parece, com a afirmação de Aimée que havia uma necessidade de mostrar a quem quer que fosse seu perseguidor que poderia se defender.

Além de seu conteúdo delirante ser atravessado por uma série de perseguidores ainda não fizemos menção ao conteúdo erotomaniaco dirigido ao Príncipe de Gales. A ele envia os seus manuscritos e escreve da cadeia para se queixar que ninguém acreditava no que diziam assim como percebia que os escritores e atrizes lhe causavam graves danos (ibid, p. 170). Nos parece que a figura do príncipe contém um pouco a agressividade de Aimée. Encontramos em Jean Allouch um comentário que corrobora essa hipótese: “analisando o delírio de Marguerite, vimos que a erotomania afasta o ato, enquanto, contrariamente, o delírio de reivindicação leva ao ato”.(Allouch, 1997, p. 402).

O que se segue a este primeiro momento é no mínimo curioso. Vinte dias depois da prisão começa a solucionar e a afirmar que Huguette não lhe queria mal e que não deveria ter feito nada contra ela. Nesse momento, todos os delírios se extinguem e Aimée é internada na Sainte-Anne vinte e cinco dias depois.

A hipótese que Lacan irá formular para a paciente é de que se trata de um caso de paranóia de autopunição. O que seria isso? Observemos, pois, a sua explicação:

O que fizemos permaneceria enigmático se um número enorme de fatos objetivos não impusessem, a partir de agora, à ciência médica, a existência e o imenso alcance dos mecanismos psíquicos de *autopunição*. Que esses mecanismos se traduzam em condutas complexas ou em reações elementares, a inconsciência em que o sujeito permanece quanto a sua finalidade dá todo seu valor ao alcance deles, dirigido contra

as tendências vitais essenciais do indivíduo. A análise de suas correlações subjetivas ou objetivas permite demonstrar que esses mecanismos têm uma gênese social, e é isso o que exprime o termo *autopunição* pelo qual são designados ou de *sentimentos de culpa* que representa a sua atitude subjetiva. (Lacan, 1932, p. 251).

Compreendemos com esse comentário e com as explicações que se seguem, que para Aimée seu ato foi necessário, pois assim seu delírio caiu por terra causando um certo alívio. Quais seriam as explicações dadas por Lacan para justificar essa hipótese?

Começamos pelas perseguidoras. Lacan observa que, o fato de inexistir qualquer relação real entre ela e as perseguidoras evidencia uma “significação simbólica” (ibid, p. 253). Ele então explica que as sucessivas perseguidoras representam tiragens de um protótipo inicial, cujo valor é duplo: afetivo e representativo.

Por valor afetivo, Lacan entende a relação de Aimée com sua irmã mais velha e por valor representativo, a imagem da mulher que goza de liberdade e de poder social. Se, por um lado, ela critica os artistas, por outro, o que ela almeja é ser uma escritora famosa e levar uma grande vida. Ao mesmo tempo em que odeia os artistas, poetas e jornalistas, como figuras que causam um grande mal à sociedade, ela também sonha em ter uma carreira de “mulher de letras e de ciências”. Ela avança e busca destruir, no outro, aquilo que ela gostaria de ser (p.255).

Vemos aqui uma similaridade com as inversões gramaticais propostas por Freud para compreender o mecanismo paranóico. Lacan não se furta em fazer uso da teoria freudiana, ao buscar explicar o fenômeno em Aimée.

A paranóia de autopunição, para a paciente, irá revelar duas tentativas de substituir o ato agressivo: uma pelo delírio e outra pelo afastamento de seu filho. Infelizmente, essas tentativas se mostram pouco eficientes, sendo necessário o ataque a Huguette, e sua consequência, a prisão, com o objetivo de cessar sua sede de punição. Mas, em torno de que gira seu temor de punição? Precisaremos, pois, apresentar um pouco da história familiar de Aimée.

Marguerite Pantaine nasce no interior da França, em Chauvignac e é a quinta filha de Jean- Baptiste e Jeanne. Seu nome é o mesmo da avó materna como também o da primogênita que morre em decorrência de um grave acidente (a criança caíra na boca de um forno aceso). Nessa época, sua mãe estava grávida, pois se registrou entre a morte da primeira Marguerite e o nascimento de Aimée (Marguerite) um bebê natimorto, provavelmente prematuro (Allouch, 1997, p.127).

Encontramos nessa experiência trágica de perda uma correspondência com o delírio de Aimée, além de não podermos deixar de ressaltar a triste coincidência de

nomes. Infelizmente, Aimée porta o nome da filha morta e há também uma segunda morte antes de seu nascimento.

Lacan observa que o vínculo entre mãe e filha era “intensíssimo” (Lacan, 1932, p. 218) e salienta uma fala de Aimée que confessa a ele que “éramos duas amigas” (ibid, p. 219). Ouve da paciente constante lamento de que deveria ter ficado junto à mãe.

Sua mãe era considerada na família como uma pessoa tomada pela loucura e seus pares insistiam na “emoção violenta” sentida por ocasião da perda da primeira Marguerite. Essa coincidência marca uma semelhança entre o delírio da mãe e o da filha. A mãe evidencia o seu delírio no momento da primeira maternidade de Aimée (Laurent, 2003). Jeanne Pantaine percebe-se espiada, escutada pelos vizinhos e após o atentado de Aimée passa a atribuir aos vizinhos próximos toda a responsabilidade pelo acontecido.

Nota-se na relação de Aimée com sua mãe uma primeira referência de Lacan ao compartilhamento de um delírio entre pessoas da mesma família. Todavia, devemos, salientar que Lacan enfatiza em sua tese o caráter social do delírio a dois, recusando a hipótese genética de contágio mental.

Sobre as dificuldades encontradas por Aimée em relação a maternidade, encontramos um precioso comentário de Dominique Laurent.

Se a relação entre os sexos não se escreve, aquela que deve se escrever é a relação pai-mãe. Para Aimée, isso se verifica impossível. A ruptura de significação é total, indo até o limite da linguagem ‘o ser para a morte’. Tudo vacila, de fato, quando o significante da paternidade é convocado. A certeza delirante de ameaça de morte sobre o filho é co-relata da única significação identificatória que ela pode atribuir ao filho. Não se trata da equivalência ‘filho-falo’, mas ‘filho-morto’. Lacan privilegiou ao lado da equação freudiana ‘filho-falo’, a equivalência ‘filho-objeto’. (Laurent, 2003, p. 91).

A identificação de Aimée com o filho morto, relação esta que sua própria mãe fizera ao lhe dar o nome da filha morta, nos conduz a pensar sobre o papel da maternidade na vida de Aimée. Essa questão também nos remete ao motivo pelo qual a sua paranóia seria de autopunição.

A hipótese de Lacan é que Aimée realizou seu castigo na prisão ao experimentar a companhia de delinqüentes que lhe causavam repulsa, juntamente com a constatação do abandono e desprezo de sua família em relação a ela. Segundo ele, é somente quando Aimée “realiza” que ela acabou por ferir a si mesma com seu gesto, que ela experimenta o alívio afetivo (lágrimas) e a queda brusca do delírio que caracterizam a satisfação da obsessão passional (Lacan, 1932, p.250).

Em relação ao caso Aimée, o ponto que gostaríamos de salientar nesse momento está na relação especular que esta desenvolve com sua mãe. Quisemos privilegiar sua relação com o outro (perseguidores) e a relação com sua mãe (identificatória) para buscar o que estaria na base do conhecimento que Lacan formula como paranóico.

Ainda durante a exposição do caso Aimée, Lacan retoma os estudos freudianos sobre o período do narcisismo, onde ocorrem fixações libidinais, para mostrar ao seu leitor o quanto Freud contribuiu ao estudo das psicoses.

O que Lacan faz, então, é retomar o estudo das inversões gramaticais e o tema do ponto de fixação narcísica homossexual.

Essas fórmulas destacadas do caso a que se relacionam, parecem tão gerais que é possível vê-las apenas como um jogo espirituoso. Contudo, ao aplicá-las ao nosso caso, vamos constatar não só que elas explicam de maneira luminosa a estrutura do delírio, como também que os modos especiais que elas aí apresentam dão a base teórica de sua relativa benignidade. (Ibid, p.263).

Lacan também utilizará a teoria freudiana para explicar porque considera a psicose de Aimée como autopunitiva. Ele se recorda que tanto a fixação narcísica como a pulsão homossexual, são oriundas de pontos da evolução próximos da libido estando, portanto, em contigüidade com a gênese do supereu.

Capítulo 3

A noção de conhecimento

Não lhe bastava ter descoberto a teoria verdadeira da loucura; não o contentava em ter estabelecido em Itaguaí o reinado da razão. Plus Ultra! Não ficou alegre, ficou preocupado, cogitativo; alguma coisa lhe dizia que a teoria nova tinha em si mesma, outra e novíssima teoria.

- Vejamos, pensava ele; vejamos se chego enfim à última verdade.

(...).

- A questão é científica, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu.

Reúno em mim mesmo a teoria e a prática.¹

- Simão! Simão! Meu amor! Dizia-lhe a esposa com o rosto lavado em lágrimas.

Mas o ilustre médico, com os olhos acesos da convicção científica, trancou os ouvidos à saudade da mulher, e brandamente a repeliu. Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses, no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada.

*Machado de Assis
O Alienista (p.54-56)*

O trecho acima, extraído do conto O Alienista de Machado de Assis, apresenta o final da história. O que move o personagem principal, Simão Bacamarte, até a sua morte é o desejo de descobrir a essência e a verdade sobre a loucura. O que ele busca é um conhecimento completo, que não admitiria a possibilidade de refutação. Seu grande interesse era realizar um trabalho incessante.

Homem de ciência, e **só de ciência²**, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a idéia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo. (p.24)

Na história, seu trabalho é levado tão a sério, que começa a descobrir indícios de loucura até no indivíduo mais insuspeito. A instituição de abrigo onde realiza suas pesquisas, fundada por ele sob o nome de Casa Verde, passa a abrigar cada vez mais pessoas. Estranhando o fato de ter que considerar todos os habitantes da cidade como loucos, ele mesmo decide internar-se para se estudar, pois percebe que a loucura outrora atribuída por ele aos outros nada mais era que uma projeção de um atributo de si mesmo. Bacamarte dessa forma revela que o conhecimento que possuía

¹ Grifo nosso

² Grifo nosso

dos outros era na realidade fruto de uma projeção. Como todo conhecimento é especular, Bacamarte pode, de uma hora para outra, aparecer como o louco, e vice-versa.

A busca de Bacamarte por um ideal de conhecimento e seu amor irrestrito à verdade nos conduz a outro predicado característico da paranóia: a necessidade de atribuir um sentido e a construção de sistemas especulativos de pensamento.

Este conto nos remete ao nosso tema, inicialmente encontrado na resenha de Lacan sobre Minkowski de 1935³, a saber, a proposição de que todo conhecimento é paranóico.

Ora, sabemos que a paranóia revela a dimensão especular pela qual o *eu* se constitui e que domina a relação imaginária, por meio da qual o *eu* se relaciona primariamente com os objetos. Como o *eu* é a sede do conhecimento, pois a função da consciência e a apreensão perceptiva são efetuadas por essa instância psíquica, a atividade cognoscente é, assim, subordinada ao *eu*. Por outro lado, uma vez que a constituição do *eu* é inteiramente dependente da relação com o outro, o conhecimento por ser uma função egóica também está referido ao outro. Tal especularidade caracteriza o conhecimento como paranóico, revelando o transitivismo aí envolvido.

Vimos até o momento as principais características da paranóia que a vinculam à dominância do *eu*, à auto-referência, à projeção, à dependência do outro, à especularidade e ao transitivismo. Convém agora observar a que se remete o termo “conhecimento” para que seja possível conferir-lhe o atributo de “paranáico”.

3.1 O conhecimento humano

De acordo com Morente (1980), definimos o conhecimento como adequação entre o sujeito pensante e os objetos pensados somente quando adotamos um ponto de vista fenomenológico, ou seja, quando oferecemos uma descrição do ato de conhecer, em geral. A descrição fenomenológica de conhecimento distingue-se de uma teoria do conhecimento, pois esta última visa encontrar os critérios a partir dos quais o conhecimento pode ser considerado como verdadeiro, o que explica a diversidade das teorias formuladas pelas mais variadas escolas filosóficas. Já quando nos limitamos a apenas descrever o que é conhecer verdadeiramente, vemos que o conhecimento (todo conhecimento) é a co-naturalidade entre o sujeito e o objeto, sendo a verdade concebida como adequação entre o pensamento do sujeito que conhece e o objeto conhecido. Nas palavras do autor: “(...) esta concordância do

³ Ao escrever a resenha do livro de Eugene Minkowski, ele apresenta pela primeira vez o termo conhecimento paranóico.

pensamento com o objeto não é critério da verdade, mas é a definição da verdade” (Morente, 1980, p.149).

Antonio Teixeira⁴ aponta que Lacan, ao atribuir ao conhecimento a qualidade de paranóico, entende por conhecimento humano o conhecimento especulativo, tal como Freud o define em oposição ao conhecimento científico. O conhecimento especulativo seria um dos interesses da filosofia, incidindo sobre o modo de relação do sujeito que conhece (o sujeito cognoscente) e o objeto conhecido (o objeto cognoscível). Assim, o conhecimento humano se caracteriza por uma co-naturalidade entre o sujeito e o objeto.

E de que modo se dá esta co-naturalidade? Primeiramente, observa-se que uma vez que todo conhecimento envolve um sujeito e um objeto, há uma dualidade entre eles, denotando que o sujeito se distingue do objeto. Mas, por outro lado, esta dualidade assinala uma relação denominada por Morente (1980) como correlação, ou seja, como uma relação dupla, demarcando que o sujeito é sujeito para o objeto e que o objeto é objeto para o sujeito. Nas palavras do autor:

Do mesmo modo que nos termos, que os lógicos chamam correlativos, a relação consiste em que não se pode pensar um sem o outro, nem este sem aquele; assim os termos sujeito e objeto do conhecimento são correlativos (Morente, 1980, p.147).

Assim, no conhecimento humano, o sujeito só tem sentido por contraposição ao objeto e o objeto só tem sentido por contraposição ao sujeito, do mesmo modo como somente faz sentido qualificar algo como situado ao lado esquerdo através de uma contraposição ao lado direito.

Ora, não vemos aí a mesma formulação do processo desenvolvido durante o estágio do espelho? Não é o que ocorre quando a criança ao mesmo tempo em que reconhece a imagem no espelho como sua a reconhece também como lhe sendo exterior? Tal dualidade não assinala uma correlação entre os termos, destacando que o eu somente se constitui a partir da imagem refletida no espelho? Portanto, de que outra maneira poderíamos qualificar esta noção de dualidade correlativa senão como uma relação especular?

3.2. O Conhecimento Paranóico

Das considerações tecidas no subtópico anterior, podemos concluir que, se o conhecimento é definido como co-naturalidade entre o sujeito e o objeto, evidencia-se seu caráter paranóico, em virtude da especularidade envolvida na dualidade

⁴ O conhecimento paranóico e o saber científico (2004)

correlativa do conhecimento. Por isso, os fenômenos de transitivismo revelaram tão bem, para Lacan, o quanto o conhecimento humano se efetua no eixo imaginário:

Todo conhecimento humano se origina na dialética do ciúme, que é uma manifestação primordial da comunicação. Trata-se aí de uma noção genérica observável, behaviouristicamente observável. O que se passa entre crianças comporta esse transitivismo fundamental que se exprime no fato de que uma criança que bateu numa outra pode dizer: o outro me bateu. Não que ela minta – ela é o outro, literalmente.” (Lacan, 1955-56,p.50)

Conforme vimos no capítulo anterior sobre a formação do *eu*, inicialmente a criança não realiza completamente uma distinção entre o *eu* e o pequeno outro, semelhante que o forma. Por isso, o transitivismo é um ótimo exemplo deste estágio. Manifestado geralmente pelas crianças o transitivismo apresenta uma certa “confusão” entre o que lhe pertence e o que pertence a um outro, o que é explicado por Lacan da seguinte forma:

(...) É que o eu humano é o outro, e que no começo o sujeito está mais próximo da forma do outro do que do surgimento de sua própria tendência. Ele é originariamente coleção incoerente de desejos – aí está o verdadeiro sentido da expressão corpo despedaçado – e a primeira síntese do ego é essencialmente alter ego, ela é alienada. O sujeito humano desejante se constitui em torno de um centro que é o outro na medida em que ele lhe dá a sua unidade, e o primeiro acesso que ele tem do objeto, é o objeto enquanto objeto do desejo do outro.”(Ibid, ibidem)

O *eu*, portanto, é, antes de sua completa constituição, fragmentado, alienado no outro. Lacan também formula no que diz respeito ao *eu* um período de sua constituição em que estaria alienado ao outro para posteriormente realizar a separação. Mas no transitivismo esta separação total do objeto ainda não foi efetuada, pois muito embora a criança se distinga do *eu*, ao mesmo tempo, ela com ele se confunde. Este modo de relação com o objeto, denominado transitivismo, é um dos motivos que conduz Lacan a considerar que todo conhecimento humano é paranóico.

Ao abarcar com essa expressão uma estrutura fundamental desses fenômenos, pretendi designar, senão sua equivalência, ao menos seu parentesco com uma **forma de relação com o mundo**⁵ que tem um alcance particularíssimo. Trata-se da reação que, reconhecida pelos psiquiatras, foi generalizada para a psicologia com o nome de transitivismo. (...) Assim, a criança pode participar, num transe completo, do tombo de seu colega, ou igualmente lhe imputar, sem que se trate de mentira, ter recebido dele o golpe que aplicou.(Lacan, 1946,p.81-82)

Portanto, a questão do conhecimento está implicada na relação com o semelhante e na dependência do outro. No artigo intitulado *A agressividade em psicanálise*, Lacan é mais preciso, explicando inclusive o que pretendeu com a proposta de um conhecimento calcado na paranóia:

⁵ Grifo nosso.

O que chamei de conhecimento paranóico demonstra pois corresponder, em suas formas mais ou menos arcaicas, a certos momentos críticos que escandem a história da gênese mental do homem e que representam, cada um, uma etapa da identificação objetivante. (Lacan, 1948, p. 114).

Mas afinal, o que Lacan quer dizer com a expressão conhecimento paranóico?

Em nossas pesquisas dos textos lacanianos e de comentadores encontramos uma passagem em que Lacan diz nominalmente o que quis dizer com a formulação de um conhecimento paranóico:

O conhecimento dito paranóico é um conhecimento instaurado na rivalidade do ciúme, no curso dessa identificação primeira que tentei definir a partir do estágio do espelho” (Lacan, 1955-56, p.50).

Assim, o conhecimento paranóico se situa inteiramente no eixo imaginário, o que explica também o esforço filosófico em explicar a natureza de seu objeto através da aplicação direta de sistemas totalizantes do mundo. Este caráter totalitário do conhecimento apresenta-se de forma bastante evidente no encaminhamento que a filosofia clássica outorga à busca da verdade, concebida como una, como adequação entre o sujeito e o objeto.

Este caráter unívoco do conhecimento, resguardado pela dualidade imaginária, assinala o movimento próprio da filosofia clássica: “A formação do conceito corresponde a essa tentativa de dar à palavra tal consistência e solidez que não permita a ninguém entendê-la de outra maneira”. (Châtelet, 1973, p.101) De acordo com este autor, a busca do conhecimento filosófico nasce quando, em determinado momento histórico, as pessoas da *polis* buscam um acordo sobre aquilo que pensam e dizem, de modo a escapar das opiniões particulares (as *doxoi*) para aceder à verdade universal. Essa verdade buscada pelo conhecimento filosófico, denominada inicialmente como *episteme*, possui a característica de ser válida para todos, de poder ser alcançada por todos aqueles que buscam o universal pelo ultrapassamento individualidade. Tal verdade é una, não podendo jamais ser interpretada, por não ser passível à equivocidade do sentido. Ora, a tão buscada univocidade do sentido que asseguraria a possibilidade de um conhecimento verdadeiro não revela nada mais que o caráter imaginário do conhecimento, cuja fixidez do conceito somente pode equiparar-se à certeza psicótica.

Curiosamente, Antonio Teixeira (2004) assinala que Freud já havia observado na especulação filosófica este caráter ilusório derivado da exigência de totalidade de seus sistemas. Nas palavras do autor:

O que Freud critica, por conseguinte, na especulação filosófica, seria o ideal de uma adequação entre o pensamento e a coisa representada em que se orientam as interpretações dos signos no interior de uma estrutura virtualmente completa. (Teixeira, 2004, p.184).

Por isso, Miller (1987) destaca que o caráter ilusório e mítico do conhecimento advém da crença nessa relação complementar entre sujeito e objeto, que, em última instância, deriva da tentativa de encontrar no mundo a complementariedade ilusória da relação sexual.

Contudo, logo após a passagem que citamos de Lacan definindo o conhecimento paranóico pelo estádio do espelho, ele acrescenta que:

Essa base rivalitária e concorrencial do fundamento do objeto é precisamente o que é superado na fala, na medida em que faz intervir o terceiro. A palavra é sempre pacto, acordo, há um entendimento, chega-se a um acordo – isto é para você, isto é para mim, isto é isto, isto e aquilo. (Lacan, 1955-56, p.50-51).

Com isso, vemos que o conhecimento paranóico por situar-se na dimensão imaginária pode ser superado pela intervenção simbólica inaugurada pelo pacto da fala. De acordo com Miller (1987), o saber científico recusa a complementariedade sujeito-objeto, esta co-naturalidade entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível, realizando, assim, uma disjunção radical entre o simbólico e o imaginário.

Conforme assinala Teixeira (2004), a ciência moderna:

Ela extingue radicalmente, do dispositivo simbólico, a exigência imaginária da significação, na medida em que estabelece fórmulas que funcionam como uma espécie de sintaxe do real, sem se ocupar, no entanto, com o conteúdo que essas fórmulas significam (Teixeira, 2004, p.185).

Portanto, a ciência moderna distingue-se do conhecimento por construir seus objetos, excluindo qualquer dimensão imaginária que lhe daria a ilusão de uma existência na realidade. O saber científico constrói seus objetos, que diferem dos objetos do conhecimento, por serem constituídos através de fórmulas matemáticas.

Chegamos assim a uma outra importante característica do conhecimento paranóico: ele distingue-se do saber científico.

3.3. Conhecimento não é Saber

Fica claro que não se trata de questionar se a realidade é anterior ao conhecimento. A realidade, sim. Mas e o saber? **O saber não é conhecimento.**
Lacan, Seminário 15 – O ato analítico

A partir do século XVII, há um deslocamento do conhecimento filosófico para o saber científico, cujo princípio de regulação impede a expansão imaginária do conhecimento. O pensamento cartesiano seria o responsável por essa importante virada que rompe com a concepção clássica de conhecimento, restrita ao âmbito imaginário, para inaugurar um novo tipo de relação com objetos, operada pelo saber científico, pelo advento da ciência moderna.

Esta transformação promove uma nova concepção de verdade, pois esta deixa de ser concebida como adequação entre o pensamento e a coisa pensada. Este princípio de adequação especular é abandonado em prol de uma noção de verdade concebida como acordo estabelecido pelo próprio pensamento em relação consigo mesmo, no plano imanente de uma dedução formal.

Conforme explica Marcondes (1997), a filosofia de Descartes inaugura o pensamento moderno, sendo este caracterizado por um período de ruptura com a tradição clássica. O pensamento cartesiano rompe com o postulado escolástico da univocidade do ser, que considerava a verdade como uma predicação necessária do ente em sua própria essência, independente de um apelo ao divino. Assim, Descartes instaura um hiato entre a verdade e a análise ontológica da essência, apontando a equivocidade com a qual se inaugura o moderno pensamento científico.

Marcondes salienta que:

O conflito entre os dois modelos de ciência, o antigo e o moderno, havia suscitado já no séc. XVI sérias questões acerca da própria idéia de ciência. Alguns pensadores céticos levantaram dúvidas sobre a possibilidade da ciência em geral, de qualquer teoria científica, isto é, sobre a possibilidade de o homem conhecer de forma certa e definitiva o real. Afinal, se durante vinte séculos teorias falsas foram adotadas como verdadeiras, o que nos impede de estarmos também hoje, argumentavam os céticos, adotando teorias falsas? O que garante que as futuras gerações não descobrirão serem as teorias da ciência nova também errôneas? Como podemos ter certeza de estarmos livres do erro? Talvez a certeza não seja possível acerca de nada. Esses questionamentos mergulharam o homem da época em um "mar de incerteza". Descartes assume então a missão de fundamentar ou legitimar a ciência, demonstrando de forma conclusiva que o homem pode conhecer o real de modo verdadeiro e definitivo. (Marcondes, 1997, p.162-163)

O método encontrado por Descartes para refutar o ceticismo e construir uma nova teoria científica foi o de buscar a certeza a partir da dúvida mesma em que se baseava o ceticismo. Descartes extrai da dúvida o método para chegar à verdade.

Ainda de acordo com Marcondes (1997), a etapa inicial da meditação cartesiana é a formulação de uma dúvida metódica. Partindo da idéia de que não podemos confiar plenamente em nossos sentidos, embora conheçamos a natureza a

partir destes, devemos submeter tudo o que é incerto à hipótese do falso, a fim de verificar se alguma certeza resta, se algo não sucumbe à hipótese de falsidade. Ele busca uma idéia clara e distinta, ou seja, uma idéia simples, indecomponível, pois somente uma idéia que não dependa de nenhuma outra para ser considerada verdadeira é que pode ser aceita como verdadeira nela mesma.

Contudo, em seguida, partindo da hipótese de ter sido criado por Deus e a ele tudo ser possível, imagina a possibilidade de ter sido criado por um Deus enganador, um gênio maligno, que poderia ter inculcado em seu pensamento idéias que possuem a forma simples, parecem ser indecomponíveis, incondicionadas e por isso parecem se claras e distintas, somente com o objetivo de criar ilusões. A hipótese desse Deus enganador que pode pôr no pensamento do sujeito idéias falsas é denominada como dúvida hiperbólica. Sendo assim, o filósofo deveria suspeitar de tudo. (ibid, p.166-167).

Mas suspeitar de tudo mesmo? Não, pois ainda que eu possa estar enganado a respeito de todas as coisas e submeta tudo à dúvida, é necessário que eu exista para que se instale a dúvida. Para que o sujeito duvide é necessário que o mesmo pense, assim o pensamento é imune à dúvida. Desta forma, se algo pensa, sua existência é indubitável. Assim, Descartes chega à certeza de que “Penso, logo existo”, conhecido como o Cogito cartesiano.

Assim, a única certeza que podemos ter é a de que pensamos, mas nenhuma idéia por mais indubitável que seja pode assegurar a existência do objeto pensado. O pensamento existe, mas o objeto pensado não. Por isso introduz-se aí um hiato na relação do pensamento ou sujeito pensante com o objeto pensado. O sujeito e o objeto de conhecimento não são mais co-naturais.

Contudo, conforme assinala Morente (1980), Descartes descobre dentre os pensamentos claros e distintos um único que possui em si mesmo a garantia de que o objeto pensado existe fora do pensamento que o pensa:

De modo que há um pensamento que se distingue de todos os demais pensamentos claros e distintos, porque contém no próprio pensamento esta garantia de existência do seu objeto. E este pensamento único é o pensamento de Deus, a idéia de Deus (Morente, 1980, p.174).

A idéia de Deus comprovada por três demonstrações de sua existência, que não apresentaremos aqui, comporta características que permitem concebê-la como existente. Assim, este pensamento assegura não somente a existência do pensamento, mas também a existência do objeto pensado, de tal modo que vemos restaurada a unidade entre o pensamento e o objeto, ainda que tal relação seja mediada.

Esse mediador da relação entre o sujeito pensante e o objeto pensado não é um terceiro que aí se introduz, muito embora rompa com a dualidade correlativa ou especular que caracterizava o modelo clássico de verdade. Trata-se apenas de um Deus vazio, quase idêntico às fórmulas com que a ciência escreverá seu universo.

É sob essa perspectiva que o pensamento cartesiano inaugura a ciência moderna, baseada em um saber, que não se confunde com o conhecimento.

Porém, se não é mais na relação especular de adequação que a ciência dispõe de sua justa medida, cabe estabelecer onde, para além dessa dualidade imaginária, ela vai encontrar o fator de regulação do saber. Será necessário buscar o princípio de regulação do saber no lado não mais do semelhante, mas a partir de um elemento terceiro exterior a toda relação calcada sobre a similitude. Será preciso, pois, introduzir esse elemento terceiro como grande Outro, aqui constituído como Deus da teologia cristã, cuja garantia se revelou, conforme demonstra Kojève, um fator de crença determinante para o surgimento da ciência moderna. Descartes terá sido nesse sentido, quem primeiro extrai as conseqüências da atribuição a Deus dessa função reguladora que permite ao sujeito, cuja certeza se dá no ato do pensamento, escapar ao solipsismo imediato do *Cogito* para fundar o saber objetivo e diacrônico da ciência moderna. (Teixeira, 2004, p. 189).

Este corte operado pelo pensamento cartesiano instaura o advento da ciência moderna, cujo saber científico prescinde da exigência imaginária de significação, atendo-se apenas a sintaxe de suas formulações, sem preocupar-se com o conteúdo de suas fórmulas. Não mais se preocupando em encontrar uma verdade que corresponda à realidade, a atividade científica moderna passa a produzir seus objetos. O conhecimento de objetos que existiriam *a priori* na realidade é substituído pelo saber científico, que, ao invés de descobrir as leis que regem os objetos, produz artificialmente os objetos científicos.

Enquanto o conhecimento efetua-se na dimensão especular do *eu* pela relação de co-naturalidade entre sujeito cognoscente e objeto conhecido, a ciência, por sua vez, funda-se na escansão entre sujeito e objeto (Gonçalves, 2006). O sujeito passa a ser esvaziado de suas qualidades intrínsecas e o objeto passa a ser criado artificialmente.

Muito embora não seja objetivo deste trabalho examinar a noção de saber, podemos ao menos vislumbrar que o saber ao distinguir-se do conhecimento por romper com a dualidade imaginária inaugura uma nova ordem de problemas.

De acordo com Milner (1995), este rompimento com a dualidade imaginária do conhecimento promove o aparecimento do sujeito da psicanálise, pois o sujeito do inconsciente é justamente o que perturba a especularidade do conhecimento. Mas ainda que seja o sujeito quem efetue esse corte com o conhecimento, o saber da ciência o foraclui, colocando em seu lugar fórmulas.

Assim, se podemos entrever que a atividade científica moderna elabora um tipo de saber que, ao prescindir da dimensão imaginária, exclui as questões do sujeito com o qual a psicanálise opera, resta ainda entender que tipo de saber poderia ultrapassar a dimensão imaginária sem negligenciar a dimensão do sujeito. Em outras palavras qual é o saber próprio à psicanálise?

Resolver esta questão não nos cabe no âmbito desta dissertação. Contudo, podemos concluir que o modelo de conhecimento paranóico, bem como o modelo clássico de conhecimento concebido como adequação do sujeito e do objeto, não se confundem com o saber com o qual a psicanálise lida, pois ambos estão restritos à dimensão imaginária na qual uma análise não pode se deter.

Tampouco o saber da ciência moderna compreende em seus limites as questões do sujeito do inconsciente.

Ora, que tipo de saber seria solidário ao sujeito do inconsciente?

Vimos que no pensamento cartesiano a *certeza* a que se chega através da dúvida hiperbólica é a certeza momentânea de que se duvida. Muito embora seja facultado a essa filosofia o recurso a um terceiro – Deus, ente infinito, onipresente e onisciente - que realmente assegura a possibilidade do ato de conhecer (mesmo que seja um conhecimento não mais especular, nem paranóico por ser mediado e não dual), por outro lado, esse sujeito cartesiano nada mais é que esse ponto evanescente em relação ao saber⁶.

Em um texto bem posterior aos textos lacanianos abordados neste trabalho, em “A Ciência e a Verdade”, Lacan afirma que o sujeito do inconsciente somente pôde surgir após o advento da ciência moderna inaugurado pelo sujeito cartesiano.

E, de certa forma, podemos indicar aqui que assim como o sujeito cartesiano mantém com o saber uma relação pontual e evanescente, o sujeito do inconsciente só se manifesta de maneira fugaz e efêmera: nos sintomas, nos atos-falhos, nos chistes e nos sonhos, conforme aponta Freud.

Porém, enquanto essa relação evanescente, estabelecida pelo sujeito cartesiano da *certeza*, é suprida pela recorrência a um Outro garantidor da verdade, no caso do sujeito inconsciente a sua relação evanescente é constitutiva, pois seu Outro é barrado.

Assim, podemos findar com a pergunta: que tipo de saber é esse que, ultrapassando a dualidade imaginária do conhecimento, recorre a um terceiro que nada lhe pode garantir? A nosso ver, consideramos essa questão necessária para

⁶ Em “Ciência e Verdade” (1965-1966, p.872), Lacan caracteriza o sujeito cartesiano como um sujeito pontual e evanescente.

resolver os novos problemas que podem vir a se colocarem após termos concluído que o conhecimento não é o saber.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo investigar o sintagma lacaniano de que todo conhecimento seria paranóico. A fim de demonstrar tal proposição foi necessário abordar tanto o termo conhecimento quanto a razão pela qual Lacan o caracterizou como paranóico. Portanto, examinamos as principais características da paranóia tal como formulada por Freud e por Lacan, bem como a noção de narcisismo e do estágio do espelho. Também buscamos encontrar o significado que Lacan atribuía ao termo conhecimento para classificá-lo como paranóico em relação ao conhecimento humano em geral e não somente um traço de uma estrutura clínica.

Iniciamos o primeiro capítulo retomando a extensa pesquisa que Lacan apresenta em sua tese sobre a história da paranóia como classificação clínica. Em seguida, abordamos também o conceito de psicose em Freud, por ser este o pioneiro no tratamento psicanalítico desta patologia. Assim, abordamos também as bases metapsicológicas que lhe permitiram a elaboração de uma certa conduta clínica e um certo modo de apreensão da psicose, para em seguida, ilustramos com o caso Schreber.

Após observarmos no caso Schreber a necessidade de construção de uma crença delirante capaz de lhe assegurar alguma estabilização e a importante função que o eu desempenha nessa construção delirante por meio da projeção, pudemos extrair algumas características da paranóia que dizem respeito ao modo como o sujeito apreende os objetos da realidade. A fim de melhor explicitar esses elementos da paranóia recorreremos às teses metapsicológicas sobre o eu e o narcisismo para verificarmos por que o conhecimento na paranóia é auto-referente. Em seguida, apresentamos o estágio do espelho e o caso Aimée para demonstrarmos a função do eu na paranóia.

Tendo reunido as principais características da paranóia que assinalam a forma como ela se relaciona com o mundo através da projeção, auto-referência, produção de sentidos totalizantes, enfim, todos mecanismo referidos ao eu, observamos a necessidade de compreender, afinal, o que Lacan quer dizer com conhecimento para que todos esses atributos da paranóia possam ser a ele remetidos. Assim, examinamos a descrição fenomenológica de conhecimento e verificamos que ela se situa inteiramente na dimensão imaginária, por calcar-se em uma concepção baseada em uma dualidade correlativa entre o sujeito que

conhece e o objeto conhecido. Após termos esclarecido esta definição de conhecimento humano, partimos, finalmente, para a explanação da noção de conhecimento paranóico tal como abordado por Lacan em seus primeiros textos.

Por fim, após concluirmos que o conhecimento é paranóico por situar-se na dimensão imaginária e especular, apresentamos algumas considerações acerca de sua distinção do saber.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Franz & SELESNICK, Sheldon. *História da Psiquiatria – uma avaliação do pensamento e da prática psiquiátrica desde os tempos primitivos até o presente*. São Paulo: IBrasa, 1966.

ASSIS, Machado de. *O alienista e outras histórias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

ALLOUCH, Jean. *Paranóia – Marguerite ou a “Aimée” de Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BERCHERIE, Paul. (1980) *Fundamentos da Clínica: História e estrutura do saber psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

CALAZANS, Roberto. *O sentido da subversão do sujeito pela psicanálise*. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, Niterói, v. 16.2, 2004.

CARNEIRO, Mario de Sá. *Poesia Completa*. Lisboa: Editora Marujo, 1986.

CLÉRAMBULT, Gaëtan Gatian de. *Definição de Automatismo Mental* in: *A Clínica da psicose: Lacan e a psiquiatria – os fenômenos elementares*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2004.

CHÂTELET, François. *Logos e Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

DALI, Salvador. (1933) *Sim ou a paranóia. Método paranóico crítico e outros textos*. Rio de Janeiro: Art Nova, 1974.

GONÇALVES, Simone de Fátima. *O Conhecimento Paranóico: a tese lacaniana em uma interface com a atualidade*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, 2006.

FREUD, S. (1950 [1892-1899]). *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess: Rascunho H, Paranóia (24 de janeiro de 1895)*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud [ESB]. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. I.

_____. (1950 [1895]) *Projeto para uma Psicologia Científica*. Op. Cit., vol. I.

- _____. (1894) *As neuropsicoses de defesa. OP. Cit.*, vol. III.
- _____. (1896) *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. Op. Cit.*, vol. III.
- _____. (1905) *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Op. Cit.*, vol. VII.
- _____. (1909) *Notas sobre um caso de neurose obsessiva. Op. Cit.*, vol. X.
- _____. (1911) *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). Op. Cit.*, vol. XII.
- _____. (1914) *A história do movimento psicanalítico. Op. Cit.*, vol. XIV.
- _____. (1914) *Sobre o narcisismo: uma introdução. Op. Cit.*, vol. XIV.
- _____. (1923) *O ego e o id. Op. Cit.*, vol. XIX.
- _____. (1924 [1923]) *Neurose e psicose. Op. Cit.*, vol. XIX.
- _____. (1924) *A perda da realidade da neurose e na psicose. Op. Cit.*, vol. XIX.
- HARARI, Angelina. *Clínica Lacaniana da Psicose – de Clérambault à inconsistência do Outro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.
- JORGE, Marco Antonio & FERREIRA, Nadiá Paulo. *Lacan: o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- JULIEN, Philippe. *Psicose, Perversão e Neurose: a leitura de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- KAFKA, Franz. (1915). *A metamorfose*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise - o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- LACAN, Jacques. (1932) *Da Psicose Paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. (1933) *Motivos do crime paranóico: O crime das irmãs Papin. In: Da Psicose Paranóica em suas relações com a personalidade Op. Cit.*
- _____. (1946) *Formulações sobre a causalidade psíquica*. In; Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. (1948) *A agressividade em psicanálise*. In; Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. (1949) *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In; Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. (1965-66) *Ciência e Verdade* In: Escritos *Op. Cit.*

- _____. (1966) *De nossos antecedentes* In: *Escritos Op. Cit.*
- _____. (1954-55) *O Seminário livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____. (1955-56) *O Seminário livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- LAURENT, Dominique. *Retorno sobre a tese de Lacan: o futuro de Aimée*. In: *Ornicar 1: de Jacques Lacan a Lewis Carroll*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MILLER, Jacques-Alain. *Elementos de Epistemologia* In *Percurso de Lacan – uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- _____. *Matemas I* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- MILNER, Jean-Claude. *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos de Filosofia – Lições Preliminares*. São Paulo: Mestre Jou. 1980.
- QUINET, Antonio. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *Psicose e Laço Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- RABINOVITCH, Solal. *A forclusão: presos do lado de fora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- ROUDINESCO, Elizabeth & PLON, Michel. (1997) *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- ROUDINESCO, E. (1986) *História da Psicanálise na França – A batalha dos Cem Anos, volume 2 (1925-1985)* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____. (1993) *Jacques Lacan – Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SOUZA, Neuza Santos. *A psicose – um estudo lacaniano*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1991.
- SCHREBER, Daniel Paul (1903) *Memórias de um doente dos nervos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SIMANKE, Richard Theisen. *A formação da teoria freudiana das psicoses*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
- _____. *Metapsicologia Lacaniana: os anos de formação*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

TEIXEIRA, Antonio. *Conhecimento paranóico e saber científico*. In: O tempo, o objeto e o avesso. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TYSZLER, Jean-Jacques *Clérambault* In:A Clínica da psicose: Lacan e a psiquiatria – os fenômenos elementares. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2004.

Anexo

Fragmento clínico de Catarina

Selecionamos o fragmento de um caso que foi atendido por aproximadamente dois anos em consultório particular. Tivemos a oportunidade de atender a paciente, a quem chamaremos de “Catarina”, e tecemos algumas considerações que nos auxiliaram a explorar o tema de nossa pesquisa. Esse caso guarda algumas semelhanças com o caso Aimée, sendo que Catarina, mulher da contemporaneidade, é atravessada por um cenário social distinto do que cercou Aimée. Essa distinção, por outro lado, não nos impede de observar como uma constituição paranóica revela uma necessidade premente de buscar significados para eventos que se apresentam de forma intrigante ao sujeito.

Ao realizar o seu primeiro atendimento, Catarina explica que a recomendação para realizar um tratamento partiu da psicóloga da creche de seu filho por apontar que seu filho não estaria sendo bem cuidado. A palavra que escutou da profissional foi “abandono”, seu filho estaria abandonado.

Revela que não consegue brincar com o menino, embora não concorde com a observação de que a criança esteja abandonada. Justifica a falta de paciência afirmando sentir muito cansaço, mas ressalta que sua mãe lhe ajuda muito, buscando o filho na creche e orientando-a em relação aos cuidados diários. Seu filho tem três anos e, segundo Catarina, é muito levado e teimoso.

Conta que seu marido trabalha muito, mas ganha pouco, frisando estar em seu segundo casamento. Separou-se do primeiro marido por não ter consumado o casamento e ter descoberto indícios de que o mesmo era homossexual. Após seu divórcio, queixa-se de um grande ganho de peso, conhecendo seu atual marido pela Internet. Descreve uma grande paixão, engravidando pouco tempo depois.

Sua mãe conhecia a família do marido e se queixou muito da escolha da filha. Em sua opinião, “eles não eram uma família” (sic), pois não seguiam as tradições de sua cultura e religião. Catarina é filha única, de pais idosos. Sua mãe, certa vez conta que Catarina foi adotada, mas não sabe. Acredita que os problemas da filha são causados pelo fato de ela não saber a origem da família biológica desta.

Apesar do descontentamento de seus pais, Catarina ganha um imóvel para residir com o marido. Descreve seu apartamento diversas vezes: este possui dois quartos “indevassados” (sic) e uma coluna interna na qual localiza-se a cozinha e o “quarto devassado” (sic). Este último é a sua sala de televisão e acima o quarto de casal dos vizinhos.

Sua primeira gestação não chegou ao fim, abortando uma menina, antes de completar o sexto mês. Após a perda, de “sua filha”, ficou muito, muito triste. Sobretudo porque seus vizinhos do andar de cima tiveram uma menina na mesma época.

Conta que ficou muito “machucada” (sic) com esta perda, passando a se perguntar por que Deus permitia que “gente ruim” tivesse uma filha e ela não. Quando a filha dos vizinhos chorava, começava a gritar em voz alta que não suportava choro de crianças, dentre outras coisas. Dizia, por exemplo: “De novo esta garota! Que saco!”. Nesta época, começa a se incomodar com o que chama de “pisa, pisa” (sic) e “arrasta-arrasta, cadeiras” (sic). Progressivamente, passa a se incomodar muito com o barulho que vem dos vizinhos e começa a escrever reclamações no livro de condomínio.

Seu filho nasce aproximadamente uns dois anos após a perda de sua “filha”. Seu marido escolhe o nome: o mesmo de seu irmão que morrera assassinado alguns anos antes. Descreve seu filho como uma criança “impossível” (sic), afirmando com frequência “não agüentar”(sic) o trabalho com os cuidados diários com a criança.

Curiosamente, observamos, até o momento, na descrição da história de Catarina, algumas semelhanças com o caso Aimée. Assim como a paciente de Lacan havia recebido o nome da irmã morta, o filho de Catarina recebe o nome do tio tragicamente assassinado.

A partir de uma escolha feita pela mãe - não qualquer escolha, devemos ressaltar, mas a escolha do nome de um sujeito, com todo o peso que um nome envolve - tanto uma como a outra parecem compelidas a carregar consigo algo relativo à morte. Que espécie de imperativo materno teria sido decisivo, nos dois casos?

Catarina relata que quando o seu filho era bebê, as suas preocupações com os vizinhos se acirraram. Descreve a seguinte cena: um dia, tentando amamentar o seu filho, seu vizinho de cima fechou a janela com muita força. Naquele momento, segundo seu relato, seu leite secou, o que a levou a conclusão de que seu vizinho queria prejudicar o menino.

Por duas vezes nesta mesma época, vai de camisola, com o filho nos braços, se queixar diretamente com o vizinho. Este lhe diz que “não iria perder tempo” (sic) com ela. Esta frase, ao longo do tratamento, é repetida diversas vezes. Da segunda vez em que bate à porta de seu vizinho, sua mãe já havia providenciado sua ida a um psiquiatra. Catarina conta isto ao vizinho, que lhe responde que seu caso é realmente psiquiátrico. Vale ressaltar que este vizinho é médico pediatra.

Catarina inicia seu tratamento fazendo uso de medicação, mas seus efeitos colaterais obrigam o psiquiatra a realizar diversos ajustes, eventualmente mudando o tipo de remédio ou a dosagem. Tais intervenções do médico acabam despertando na paciente o desejo de não tomar mais nenhum tipo de medicamento, bem como de não retornar após as férias de seu médico.

Recusa a medicação por vários motivos: o desejo de engravidar e ter uma filha, o pavor de engordar e perder o marido e sua crença de que, na realidade, são os seus vizinhos que necessitam tomar medicação.

Entretanto, gosta de comentar uma história que seu psiquiatra lhe contara: um português dirigia um carro e todos os demais vinham na contramão, o que exigia do português uma grande habilidade para não bater nos outros carros. Quando escuta no rádio que existe um carro na contramão, o português comenta que o radialista está enganado, pois afinal todos os carros encontram-se nesta situação.

Catarina ri ao contar esta piada e entende que neste caso o português deve, na opinião dos outros, ser ela mesma. Mas afirma: “as pessoas falam que estou errada, porque não estão lá em casa, na hora em que o vizinho abre e fecha a janela” (sic). Decide também que não pretende voltar ao psiquiatra, por ele não acreditar em sua fala.

Descreve uma outra coisa que a incomoda muito. O olhar das pessoas para ela. Sente que estão lhe culpando de algo ruim ou que possuem muita inveja de sua beleza, ou ainda que desejam “arrancar uma parte de meu ser” (sic). Afirma ter muito medo da inveja que sentem dela. A partir daí, passa a contar com frequência diversas situações em que se sentiu acuada pelo olhar dos outros. Chega a brigar, certa vez, com uma passageira do metrô que a olhava com insistência.

Preocupa-se com este problema, pois deseja muito trabalhar, para pagar uma babá e, conseqüentemente, ter a sua filha. Contudo, são seus pais que pagam a maior parte dos custos da casa, arcando também com os cuidados com o filho; por estes motivos, afirmam que não pagariam para um segundo filho. Ela

então observa que se este problema persistir, terá dificuldades de sustentar um emprego.

Catarina me conta, muito tempo depois, que se formou na faculdade, mas nunca exerceu sua profissão. Fez ainda, por duas vezes, viagens de intercâmbio para o exterior. Frente às suas dificuldades financeiras, decide fazer um cursinho para tentar provas de concurso público, pois só assim poderá engravidar. Neste mesmo período, passa a se interessar em vender o seu apartamento, por acreditar que esta seja a única forma de se livrar dos vizinhos.

À medida que sua raiva pelos vizinhos vai aumentando, passa a ligar para mim nos finais de semana, afirmando ter o desejo de atirar objetos no carro deles. Passa também a brigar muito com o marido e com o filho, inclusive batendo neles.

Faço um encaminhamento a uma psiquiatra e concorda em ir. Porém, observa que não irá tomar “nenhum remédio”.

Um dia, chega chorando muito ao consultório e relata que a vizinha de cima espera um bebê. Fala da raiva que sente por não ter condições de ter uma filha e se queixa que pode demorar muito para passar num concurso. Seu marido não ganha muito e isso passa a lhe incomodar.

Passa a atirar pela janela pequenos objetos, desejando que caiam no carro do vizinho, ao mesmo tempo em que começa a fechar e abrir com força a sua janela, no horário de refeição dos moradores do andar de cima.

Descobre a gravidez da vizinha apenas três meses antes do parto, ao vê-la com a barriga proeminente. O bebê nasce durante o carnaval, período em que Catarina estava viajando. A expectativa do parto é vivida com grande ansiedade, momento no qual passa a repetir que precisa tomar seu remédio por não conter a sua inveja.

Cada vez que o vizinho abre ou fecha a sua janela, afirma se sentir “machucada” (sic). Marca então uma entrevista com um líder religioso de outro bairro e faz o relato de sua história. Ele lhe aconselha a comprar um presente para o bebê e pedir desculpas aos vizinhos. Pede também que a mesma volte a rezar com mais frequência. Por aproximadamente duas semanas se sente melhor. Todavia, não aceita a idéia de pedir desculpas e consulta duas cartomantes. Uma por telefone e a outra pessoalmente. Ambas lhe dizem que os vizinhos não lhe odeiam, muito menos seu filho, que é apenas uma criança. Catarina não se convence e passa a afirmar o desejo de morrer, pois as pessoas não acreditam no que diz, não vêem o que vê.

A questão com o olhar volta a se acirrar, queixando-se inclusive de outros pacientes na sala de espera. Começa a sentir muito medo de ter uma filha, enfeitá-la e “algum paraíba”(sic) um dia esfaqueá-la na rua. Passa a descrever o mundo como um lugar hostil e perigoso.

Com o tempo, anuncia a necessidade de tomar algum medicamento para “diminuir seu sofrimento”, mas continua afirmando o medo de engordar e perder o marido por conta disso.

Um dia chega da praia e escuta o vizinho brincando com os filhos e pensa: “Cachorro, filho da mãe!” (sic). Desde que passou a se incomodar com o barulho, evita conversar na cozinha que é “devassada”(sic), para que não abram ou fechem a janela. Afirma ter sentido muita raiva, pegando em seguida dois vidros de perfume vazios e atirando no carro. O pára-brisa do carro se quebra e o vizinho além de chamar a polícia, bate à sua porta. Seu marido o recebe e mente, dizendo que a esposa está dormindo.

Ao contar o fato, Catarina afirma ter sido “bem-feito”, mas me pergunta se poderia ser presa por isso ou mesmo ser internada. Seu marido lhe diz que se ela fizer de novo ele irá se separar. Podemos talvez questionar o que os delitos de Catarina, de certa maneira “desculpados” pelo marido (na medida em que este, ao mentir, “retirava a culpa” da esposa), vinham assinalar. Estes atos da paciente - que em dado momento na análise, ela mesma passa a interrogar - não poderiam representar uma reivindicação de punição? Lembremo-nos das considerações feitas por Lacan, desenvolvidas no item anterior deste estudo, a respeito da autopunição na paranóia.

Mantendo esta questão em suspenso e voltando a descrição do caso, chegamos ao momento em que Catarina passa, então, a fazer considerações sobre a inveja. Apesar do medo da inveja dos outros sobre ela, se descobre alguém que não suporta sentir inveja. Embora se queixe constantemente dos direitos que os vizinhos têm sobre a própria residência, se descobre com direitos apenas sobre o seu espaço, que ao mesmo tempo é “indevassado” e “devassado”.

Após o episódio envolvendo um dano material, concorda em tomar sua medicação. Passa a repetir com frequência perguntas envolvendo as possibilidades reais de internação, feitas por seus vizinhos e da família.

De que repetição se tratava aí? Parece-nos que sua repetição insistente da fala do outro poderia estar apontando, novamente, a uma reivindicação de punição: fosse como fosse, de algo deveria ser culpada. Quem sabe para Catarina, chamar a culpa para si poderia ser uma via possível de fuga do delírio

paranóico (no qual o Outro, invariavelmente, é o culpado). Assim como o delírio de Aimée deu uma trégua após o ato criminoso, quem sabe Catarina não estaria, de modo semelhante, buscando punição (no caso, autopunição) como forma de fugir do delírio e da angústia que este lhe trazia.

Assim, prosseguindo em nosso relato, Catarina mesmo com medo comete outro ato: ao escutar sua vizinha falando ao telefone, atira papéis higiênicos molhados novamente no carro do vizinho. Este se dirige tarde da noite à casa da mãe de Catarina para mostrar o dano em seu automóvel.

É interessante observar que durante toda a trajetória de seu tratamento, Catarina se esforça para tornar pública sua aflição em relação aos vizinhos. Revelando com freqüência seus incômodos ao síndico e aos porteiros. Deixou escrito no livro de reclamações de seu condomínio suas queixas em relação à vizinha e o incômodo em relação ao abrir e fechar das janelas.

Decide novamente consultar uma taróloga. Eis que, desta vez, escuta que sua vizinha realmente a odeia por possuir um “espírito obsessor”. Recebe como orientação rezar para a vizinha todas as vezes que desejar lhe fazer mal. Conversa neste mesmo dia com um senhor em Centro Espírita que lhe recomenda freqüentar o lugar como forma de minimizar sua angústia e explicando que se ela causar mal aos vizinhos ela se prejudica e este é o desejo dos “maus espíritos”.

A partir deste momento, o abrir e o fechar saem de cena e sua queixa em relação aos vizinhos passa a se localizar em “marteladas” (sic), que afirma escutar ao realizar as suas refeições. Para não cometer gestos que lhe prejudiquem, estabelece uma estratégia para “despistar”: passa a se alimentar cada dia num cômodo diferente e a lavar os pratos no banheiro.

Seus pais compram um outro imóvel. Contudo, quanto mais a sua mudança se aproxima, mais o “barulho” vindo de cima aumenta. Catarina conclui por outro lado como se sente triste por ninguém lhe dar razão.

Antes de interromper a descrição do caso, é necessário descrever o último ato de Catarina. Ao descer para falar mal dos vizinhos com o porteiro, encontra o síndico e posteriormente o médico. Este ao perguntar o que se passa termina escutando tudo o que Catarina há meses queria ter lhe dito: que sua mulher é maluca, desequilibrada e doente. O vizinho então lhe “ameaça de morte”(sic) caso ela cause mais algum dano.

Catarina conclui que possui o direito de ir à polícia por possuir testemunhas de que sofreu uma ameaça fazendo a seguinte observação: “Ele não é mole, mas eu também não sou!”(sic) Esboça o desejo de estudar direito

para defender “todos os inocentes”(sic) por odiar injustiças. Afirma também gostar de psicologia, “a ciência dos mistérios”(sic) manifestando à sua maneira uma tentativa em mudar de posição.

Nos momentos em que Catarina alternava a indignação com os vizinhos (como meio de justificar seus atos) com o medo de ser internada ou mesmo presa, percebe-se o esforço da paciente em encontrar um lugar que a localize subjetivamente (a vítima ou a criminosa).

Ao contrário do que poderia pensar o senso comum, ou mesmo a letra da lei (o artigo 26 do código penal), que arbitra sobre o princípio da inimputabilidade, o sujeito na psicose não deve deixar de ser responsabilizado por seus atos. Como o caso de Catarina bem demonstra, talvez para ela o pior fosse justamente não poder acessar nenhuma culpa, uma vez que se encontrava presa nesse delírio onde somente o outro era o culpado (outro que, por sua vez, fazia com que se sentisse tão impotente).

A partir do princípio que o sujeito deve ser incluído no tratamento, tornando-se co-responsável, o analista deve solicitar o seu comprometimento, o que se opõe à idéia de “paternalizá-lo ou prestar-lhe cuidados de maternagem”. (Quinet, 2006, p. 49)

Em nenhum momento, Catarina deixa de confessar seus atos a quem quer que seja (síndicos, porteiros, cabeleireira, cartomante, etc). Ao encontrar figuras que parecem concordar com suas idéias delirantes, a angústia de Catarina diminui momentaneamente, aparentemente por dar um sentido ao que imagina ser o real desejo do Outro. Sobre esta questão, Quinet (ibid, p.55) observa que na psicose o olhar do Outro dificulta a inclusão do sujeito num laço social. Muitas vezes, porém, o laço com o analista pode auxiliar o sujeito a sustentar vínculos que são na maior parte das vezes frágeis.

Percebemos, com o caso o quanto Catarina estava atravessada por pensamentos projetados em pessoas próximas o que muitas vezes “desarranja os costumes e desacomoda os hábitos da ordem social” (ibid, p. 47).

Resolvemos usar esse caso por dois motivos: pela semelhança que ele guarda com os casos da literatura e pelas significações dadas aos eventos que a incomodavam. A produção de sentidos, além de ser uma das características da paranóia foi o que nos levou a proposição de que todo conhecimento seria paranóico. Tema que buscamos elucidar com esse trabalho.